

# Territórios em Rede

Percursos para  
prevenir e enfrentar  
a exclusão escolar



Iniciativa:



FUNDAÇÃO  
VALE

Parceiro Executor:



# **Territórios em Rede**

**Percursos para  
prevenir e enfrentar  
a exclusão escolar**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Territórios em rede [livro eletrônico] : percursos  
para prevenir e enfrentar a exclusão escolar.

-- 1. ed. -- São Paulo : Associação Cidade  
Escola Aprendiz, 2026.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-64569-49-2

1. Direito à educação 2. Educação - Finalidades  
e objetivos 3. Exclusão escolar 4. Políticas  
educacionais.

26-348623.0

CDD-370.71

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Políticas educacionais : Exclusão escolar :  
Educação 370.71

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# Territórios em Rede

Percursos para  
prevenir e enfrentar  
a exclusão escolar

Iniciativa:



Parceiro Executor:





## FICHA TÉCNICA

### FUNDAÇÃO VALE

Flávia Constant

**Diretora Presidente**

Andreia Andrade

**Diretora Executiva**

**Equipe:**

Fernanda Fingerl

Maykell Costa

Willman Miranda

Alice Natalizi

Andreia Prestes

Bruno Maciel

Fabio Macedo

Sâmera Alves Adaes

Juliana Rosa Bahia

Lara Narde

## CIDADE ESCOLA APRENDIZ

### **Direção Colegiada**

Paula Patrone, Raiana Ribeiro e  
Roberta Tasselli

Paula Patrone

### **Diretora Institucional**

Raiana Ribeiro

### **Diretora de Programas**

Roberta Tasselli

### **Diretora de Comunicação**

Maira da Costa

### **Gerente de Programas**

Eliana Sousa Silva

### **Consultora Metodológica**

Gisele Martins

### **Gestora Estratégica de Campo**

Dalcio Marinho

### **Gestor Estratégico de Produção de Conhecimento**

Ana Paula Rodrigues

Veridiana Negrini

### **Gestora Executiva**

Bianca Cambiaghi

Filipe Mendonça

### **Gestão de Monitoramento e Avaliação**

Daniele Moura

Isys Remião

### **Gestão de Comunicação**

Cintia Soares

Elza Sousa

### **Gestão Geral de Campo**

Cristilene Longobardi

Priscila Mota Reis

Roberta Verneque

Andressa Bertoncello

### **Gestão de Polo**

Sabrina Bairros

### **Analista de Comunicação**

Fernando Nascimento

### **Assistente Monitoramento e Avaliação**

Cristiane Oliveira

Yasmin Mancini

Verônica Nascimento

### **Assistente de Projeto**

## **Evidências e Sistematização**

Miriam Krenzinger

### **Consultora**

Natália Guindani

### **Coordenação**

Ana Paula Rodrigues

Dalcio Marinho

Daniele Moura

Gisele Martins

Isys Remião

Raiana Ribeiro

Roberta Tasselli

Veridiana Negrini

### **Revisão técnica**

Gláucia Cavalcante

Gustavo Abumrad

### **Projeto Gráfico**

Gustavo Abumrad

### **Diagramação**

Fernanda Portela

### **Revisão de textos**

Ana Paula Rodrigues

Isys Remião

Daniele Moura

Raiana Ribeiro

Roberta Tasselli

### **Revisão Final**

## **Impressão**

### **Tiragem**

2026

# Sumário

## **9** Apresentação

### **17** Como este material está organizado

**17** Uma floresta que se nutre do território e faz germinar novas aprendizagens

## **PARTE I**

### **20** Fundamentos para a Garantia do Direito à Educação

**20** Introdução

**23** Base Conceitual

**36** Marco Legal e Político

## **PARTE II**

### **41** Diagnóstico Socioterritorial: ponto de partida para enfrentar a exclusão escolar

**42** Raízes Primeiro: por que começar com um diagnóstico?

**43** Princípios que Orientam o Diagnóstico

**44** Caminhos do Diagnóstico Socioterritorial

**46** Base de Dados sobre Demandas Sociofamiliares

**50** Alerta de Risco para a Permanência Escolar: exemplos de monitoramento de fatores estruturais e violências que alimentam a exclusão

## **PARTE III**

### **59** Estruturas Intersetoriais para Garantir o Direito à Educação

**60** Fluxos e Estruturas Intersetoriais

**63** Superando Barreiras à Intersetorialidade

**66** Equipe de Articulação Territorial – Formação como Base de Atuação

## PARTE IV

### **71 Frentes de Ação no Território para Prevenir e Enfrentar a Exclusão Escolar**

- 72 Busca Ativa escolar e Acompanhamento Familiar
- 76 Comunicação Comunitária e Mobilização Social
- 78 Encaminhamentos e Apoio Intersectorial Imediato
- 79 Fortalecimento da Rede Territorial de Proteção Social
- 82 Participação Estudantil
- 84 Análise de Dados: ler o território com as lentes do Censo Escolar e acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família
- 88 Incidência Política e Sustentabilidade

## PARTE V

### **91 Monitoramento, Avaliação e Evidências para Transformar e Sustentar Políticas de Prevenção da Exclusão Escolar**

- 92 Monitoramento Contínuo dos Casos e da Rede de Proteção
- 94 Monitoramento de Metas e Resultados da Iniciativa
- 97 Sistematização do Legado e Fortalecimento do Poder Local
- 102 Evidências e Resultados Concretos: do diagnóstico ao impacto nos territórios
- 105 Anexos
- 105 Anexo 1 – *Checklist* para Diagnóstico da Proteção Social e Educacional e Prevenção da Exclusão Escolar no Município
- 109 Anexo 2 – Roteiro para Mapeamento da Rede de Serviços e Proteção Social de Crianças e Adolescentes
- 113 Anexo 3 – *CheckList* para Implementar a Busca Ativa e Escuta Sensível
- 122 Anexo 4 – *Checklist* para Monitoramento das Ações de Incidência Territorial com a Escola como Centro do Mapa



Foto: Bruno Pompeu

# Apresentação

## FUNDAÇÃO VALE

A Fundação Vale, criada há mais de 50 anos, tem a missão de contribuir para o desenvolvimento social dos territórios onde a empresa Vale atua. Por meio do fortalecimento de políticas públicas e da atuação conjunta com instituições parceiras, soma esforços para transformar a realidade dos públicos atendidos pelos seus programas.

A atuação da Fundação Vale se estrutura a partir de um conjunto de projetos que compartilham princípios, metodologias e objetivos voltados ao desenvolvimento territorial sustentável e à melhoria das condições de vida das populações onde atua. Nesse contexto, a integração entre os projetos **Trilhos da Alfabetização**, **Territórios em Rede** e **Ciclo Saúde Proteção Social** representa um exercício de articulação e sustentabilidade, com foco na complementaridade das ações e no fortalecimento das políticas públicas locais.

Cada um desses projetos responde a desafios específicos dos territórios. O exercício de atuação articulada entre eles busca potencializar resultados e ampliar impactos, a partir da integração de agendas, compartilhamento de diagnósticos e ações conjuntas. Essa articulação permite que iniciativas voltadas a diferentes agendas sociais — alfabetização, combate à exclusão escolar e fortalecimento da atenção básica em saúde e da proteção social — se conectem de forma estratégica, respondendo de maneira mais integrada às demandas das comunidades e fortalecendo o tecido institucional dos territórios.

Essa integração expressa uma visão sistêmica da atuação social da Fundação Vale, orientada pelo entendimento de que o desenvolvimento territorial exige abordagens intersetoriais, cooperação entre atores e valorização dos saberes locais. Além disso, essa abordagem amplia a capacidade de transformação social, promovendo territórios mais resilientes e sustentáveis.

Atualmente, a Fundação Vale desenvolve atividades principalmente em cinco estados – Pará, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – e conta com uma rede de parceiros institucionais, executores e investidores para potencializar seu trabalho nos campos de Educação, Saúde, Assistência Social e Geração de Renda.

Fazem parte dessa rede as secretarias municipais, instituições e empresas privadas e públicas, além de organizações do terceiro setor com experiência em políticas públicas, como a Cidade Escola Aprendiz, entre outras.

## CIDADE ESCOLA APRENDIZ

A Cidade Escola Aprendiz é uma organização da sociedade civil que defende o Direito à Educação a partir de uma visão sistêmica, que reconhece:

- a Educação Integral como um direito de todas as crianças, adolescentes e jovens e como concepção orientadora das políticas educacionais;
- o Território Educativo como lócus de aprendizagem, proteção e desenvolvimento integral;
- e a Proteção Integral como condição fundamental para a superação das desigualdades e violações que impactam a vida de crianças, adolescentes e suas famílias no Brasil.

Atuando na agenda de enfrentamento da exclusão escolar desde 2013, a Cidade Escola Aprendiz já foi responsável pela inserção de cerca de 50 mil crianças e adolescentes na escola – dos quais em torno de 20 mil, no âmbito do projeto **Territórios em Rede**.

Este material nasce a partir da experiência acumulada nesse projeto, que desenvolveu e consolidou tecnologias sociais voltadas à prevenção e ao enfrentamento da exclusão escolar em territórios com realidades sociais, econômicas e culturais distintas e localizados em quatro estados onde a Fundação Vale mantém atuação (Pará, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro).

Sua proposta está diretamente alinhada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da Agenda 2030, com destaque para o **ODS 4 – Educação de Qualidade**, em especial às metas:

- **Meta 4.1:** garantir, até 2030, que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
- **Meta 4.5:** eliminar as disparidades de gênero na Educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de ensino para pessoas em situação de vulnerabilidade, incluindo crianças em situação de pobreza, populações rurais, povos indígenas e crianças com deficiência.

O Territórios em Rede também se conecta diretamente aos objetivos, metas e estratégias do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024<sup>1</sup>, apresentado pelo Poder Executivo, que visa aprovar o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, com destaque para:

- **Objetivo 4:** Assegurar que crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória concluam o Ensino Fundamental e o Ensino Médio na idade regular, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução de desigualdades, visando à sua superação.

---

<sup>1</sup> A redação do objetivo e das estratégias mencionadas corresponde à Redação Final do Projeto de Lei nº 2.614/2024, do Poder Executivo, que “aprova o Plano Nacional de Educação” (PL 2.614/2024). Este texto foi aprovado na Câmara dos Deputados e encaminhado para apreciação do Senado Federal em 16/12/2025. No momento do lançamento desta publicação, o projeto seguia em tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer alterações até sua aprovação final.

- **Estratégia 4.10.** Promover a Busca Ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, entre outros, implementando políticas públicas intersetoriais, mediante a integração entre os sistemas de informação educacionais e sociais, com compartilhamento de dados entre as diferentes esferas de governo.
- **Estratégia 4.12.** Implementar, em articulação intersetorial, políticas de prevenção à evasão e ao abandono escolar, motivados por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, dentro e fora da escola, com a criação de redes de proteção que incluam famílias e órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude.
- **Estratégia 5.20.** Promover a articulação das políticas e dos programas de Educação, de âmbito local e nacional, com saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, e demais instituições do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), de modo a possibilitar a criação de rede de apoio integral aos estudantes e às suas famílias.

Ao contribuir para o cumprimento dos PNEs (2014–2024; 2024–2034<sup>2</sup>), o Territórios em Rede atua não apenas como um programa de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, mas também como um catalisador de políticas públicas integradas, capazes de reduzir desigualdades educacionais e sociais.

O percurso metodológico dessa experiência decorre de um conjunto de ações e estratégias que envolve: Busca Ativa escolar, acompanhamento familiar, mobilização e comunicação comunitárias, formação de agentes públicos em serviço, monitoramento sistemático da frequência escolar, acompanhamento e encaminhamento intersetorial dos casos, participação estudantil, gestão das condicionalidades da Educação no programa Bolsa Família e uso de dados do Censo Escolar para planejar ações preventivas. Essa abordagem permite compreender e enfrentar as causas da exclusão escolar, garantindo respostas rápidas, integradas e sustentáveis.

---

<sup>2</sup> Ainda em tramitação, no momento do lançamento desta publicação.



Foto: Breno Pompeu

Por meio da articulação intersetorial, visa-se a integração dos setores da Saúde, Assistência Social e Educação tanto à Rede de Proteção quanto ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse esforço interligado também oferece apoio fundamental na elaboração da política de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escolar.

Ao longo dessa trajetória, mais de 2 mil gestores públicos e 100 articuladores de campo estiveram diretamente envolvidos na implementação e no aprimoramento da metodologia descrita neste material. Estruturado em torno de estratégias metodológicas que vão além da simples descrição de ações pontuais, o conteúdo a seguir sistematiza as aprendizagens e evidências alcançadas pelo Territórios em Rede – de forma didática, prática e replicável, oferecendo subsídios para que outros territórios possam adaptar e desenvolver respostas ao desafio da exclusão escolar para seus contextos.

Longe de oferecer um modelo único ou um roteiro fechado, o que apresentamos aqui constitui-se como ferramenta de apoio, organizadas a partir de experiências reais, que valorizaram os territórios e saberes existentes e reforçam uma abordagem sistêmica do Direito à Educação.

## Um chamado à ação

Garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e conclusão da Educação Básica de cada criança e adolescente na escola é uma decisão ética.

A gestão do seu projeto, da sua equipe e da sua rede local pode ser a força motriz capaz de romper ciclos históricos de exclusão e construir novas trajetórias de inclusão.

Ao assumir a iniciativa e responsabilidade pela garantia do Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes, o poder público municipal e os demais atores da rede de proteção social reconhecem que estão diante de um desafio que ultrapassa os limites da escola.

Trata-se de um compromisso coletivo, que exige articulação intersetorial, diálogo constante com os territórios e a construção de novas vias integradas e sustentáveis, que compreendem a escola como uma porta de entrada para os direitos sociais – todos indissociáveis e fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Existem muitos caminhos para iniciar este processo de articulação e mobilização. O impulso pode partir da sociedade civil organizada, de uma secretaria municipal ou até mesmo do gabinete de um prefeito. Independentemente de sua origem, o ponto central é que todos os atores envolvidos estejam unidos por um objetivo comum: assegurar que nenhuma criança ou adolescente fique fora da escola.

Este é um chamado à ação por uma Educação que reconheça as diversidades, assegure direitos e se comprometa com o presente e com o futuro de todas as infâncias, adolescências e juventudes.

## Por que enfrentar a exclusão escolar é um compromisso urgente de toda a rede de proteção?

O Brasil ainda convive com uma realidade alarmante: mais de 1 milhão de crianças e adolescentes, entre 4 e 17 anos, estão fora da escola. Esse número não é fruto do acaso, mas expressa as desigualdades históricas, sociais e estruturais que afetam, sobretudo, os que vivem em situação de maior vulnerabilização social. Entre os principais grupos impactados pela exclusão escolar estão as crianças de 4 e 5 anos, que deveriam estar na Pré-Escola, e os adolescentes de 15 a 17 anos, cuja etapa de ensino corresponde ao Ensino Médio. Juntos, esses dois segmentos, por fatores diversos, concentram mais de 90% do total de meninas e meninos fora da escola, segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).<sup>3</sup>

Os dados levantados pelo projeto Territórios em Rede sobre o perfil das crianças, adolescentes e famílias atendidas, confirmam que a exclusão escolar tem cor, território e classe social. Afeta de forma mais intensa crianças e adolescentes negros, de famílias em situação de pobreza, moradores de áreas periféricas ou rurais.

Desde muito cedo, esses meninos e meninas enfrentam barreiras múltiplas: trabalho infantil, violência, gravidez na adolescência, discriminação, baixa escolaridade de seus responsáveis e também fragilidades no acesso a serviços públicos básicos.

Os prejuízos da interrupção e fragilização do processo de escolarização não apenas aprofundam desigualdades sociais, como também impactam de forma direta as trajetórias de vida desses indivíduos. De acordo com pesquisa publicada em 2021 pelo Insper, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, cada adolescente que não conclui a Educação Básica gera um custo social e econômico quase quatro vezes superior ao valor necessário para garantir sua

---

**3** PERES, A. Exclusão escolar é um dos grandes desafios do Brasil para 2024. **VEJA**, São Paulo, 2024. Reproduzido em: Busca Ativa Escolar, Unicef, 2024. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/noticia/exclusao-escolar-e-um-dos-grandes-desafios-do-brasil-para-2024>. Acesso em: 23 out. 2025.

permanência na escola. O estudo aponta ainda que o país perde bilhões de reais anualmente devido aos efeitos da evasão escolar.<sup>4</sup>

Os danos vão muito além dos números. A exclusão escolar é, antes de tudo, uma violação de direitos fundamentais e uma negação de futuros possíveis. Crianças e adolescentes fora da escola estão mais expostos a múltiplos riscos: exploração pelo trabalho infantil, violências comunitárias e familiares, insegurança alimentar, aliciamento de grupos armados e, em casos extremos, trajetórias que podem ser marcadas por violências letais.

Por isso, a prevenção e o enfrentamento da exclusão escolar não pode ser tarefa exclusiva da Educação. Trata-se de uma responsabilidade coletiva que deve mobilizar toda a rede de proteção social, de forma coletiva, com compromisso político e institucional, sensibilidade social e capacidade de escutar e dialogar com os territórios. O que aprendemos ao longo dessa trajetória é que transformações sistêmicas e duradouras só são possíveis com a participação efetiva de diversas pessoas que atuam como agentes, mobilizadas em torno de uma agenda comum, e que assumem a decisão ética de romper com os ciclos de exclusão que atravessam gerações no Brasil, forjando caminhos de reparação e superação dessas desigualdades. Esta publicação é dedicada a cada um e a cada uma delas.

## Base de Dados do Territórios em Rede

A Base de Dados reúne informações coletadas nos municípios participantes do projeto, a partir de diagnósticos territoriais que aglutinam dados oficiais dos municípios, fichas de acompanhamento familiar, perfil das crianças e adolescentes acompanhados pelo projeto, e relatórios de monitoramento intersetorial. Ela consolida evidências sobre perfis de exclusão, fatores de risco e respostas das redes locais, permitindo analisar o contexto territorial e orientar o planejamento das políticas públicas.

## Equipe Fundação Vale e Cidade Escola Aprendiz

<sup>4</sup> BARROS, R. P. de. *et al.* **Consequências da violação do direito à educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2021. 152 p. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/consequencias-da-violacao-do-direito-educacao>. Acesso em: 23 out. 2025.

# Como este material está organizado

**Uma floresta que se nutre do território e faz germinar novas aprendizagens**

Este conteúdo foi concebido como uma floresta viva, inspirado na experiência do projeto Territórios em Rede, e a partir da noção de que o enfrentamento da exclusão escolar não segue um caminho linear: é um percurso complexo, multidimensional e profundamente marcado pelas realidades sociais, econômicas e culturais de cada território. Trata-se de uma encruzilhada que se bifurca, se ramifica, encontra obstáculos, se renova e ganha força ao longo da jornada.

Assim como uma floresta, que nasce da interação entre diferentes formas de vida, se transforma a cada encontro com o território e, em equilíbrio, nutre e regenera novas existências, as ações para garantir o Direito à Educação também precisam se apoiar em fundamentos sólidos, fluir por entre diferentes dinâmicas e gerar frutos que se renovam em novas sementes e ciclos de transformação duradouros.

O **solo fértil** representa a base sólida estruturada pelos **conceitos, marcos legais e premissas éticas** que fundamentam a ação coletiva e orientam políticas públicas de garantia do Direito à Educação (Parte I).

As **raízes das árvores** simbolizam o aprofundamento no território, identificando **condições de educabilidade, desigualdades estruturais** – como pobreza multidimensional, racismo, sexismo, violência, capacitismo – e riscos concretos à permanência escolar (Parte II).

O **ecossistema interdependente** são as **conexões intersetoriais** que unem diferentes políticas públicas e fortalecem redes de proteção social, articulando Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça, Cultura e outros setores (Parte III).

As **conexões intersetoriais** são as relações de **interdependência do ecossistema** que fazem a floresta prosperar: o solo nutre as árvores, as árvores protegem o solo, os animais dispersam sementes, e tudo o que vive depende do que está ao redor. Da mesma forma, cada política pública dos diferentes setores – Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça, Cultura – tem seu próprio papel, mas só cumpre sua função integralmente quando interage com as outras, fortalecendo redes de proteção territorial que cuidam das crianças e dos adolescentes.

A **seiva que circula pelas árvores** representa a energia que integra e impulsiona as **práticas de atuação**, como a Busca Ativa escolar, o acompanhamento familiar, a Comunicação Comunitária e Mobilização Social, a participação estudantil, o fortalecimento das redes territoriais de proteção e estratégias de incidência política e sustentabilidade. (Parte IV).

Cada **árvore** que cresce, dá frutos e espalha novas sementes representa o monitoramento, a avaliação e a produção de evidências, processos que consolidam políticas públicas, sustentam ações mesmo diante de mudanças de gestão e permitem renovar práticas com base em aprendizagem contínua (Parte V).

A organização desse material busca apoiar gestores públicos, educadores, conselheiros tutelares, profissionais da Educação, da Assistência Social, da Saúde, da Justiça e lideranças comunitárias a planejar e implementar estratégias integradas, adaptáveis às especificidades de cada Município ou Estado.

Cada parte reúne sementes de conhecimento, que trazem conceitos-chave, orientações práticas, exemplos inspiradores e dicas metodológicas testadas em diferentes contextos. Além disso, apresenta ferramentas úteis – como *checklists* objetivos, instrumentos de diagnóstico socioterritorial e estratégias de mobilização comunitária – para transformar diagnósticos em ações concretas, articuladas e territorializadas.

Mais do que um manual técnico, este material propõe um percurso coletivo de construção de políticas públicas sustentáveis, capazes de enfrentar desigualdades históricas e garantir o Direito à Educação com equidade, proteção integral e justiça social.

Os caminhos e trilhas apresentados oferecem diversas possibilidades para apoiar a permanência escolar, reconhecendo que cada território, cada criança e cada família possui desafios e potências singulares. Ao percorrê-los, gestores e profissionais podem se tornar guardiões dessa floresta comum, construindo uma Educação pública mais justa, inclusiva e comprometida com a vida e o futuro das crianças e adolescentes.

## Parte I

# Fundamentos para a Garantia do Direito à Educação

## Introdução

### O Solo Fértil: fundamentos que alimentam a ação coletiva

Assim como uma floresta, que se forma a partir da interação entre diferentes elementos, as políticas e ações voltadas à garantia do Direito à Educação também precisam de um solo fértil, uma base sólida para garantir sua sustentação, fundamentada por conceitos objetivos, bases normativas consistentes e princípios éticos que orientem o percurso.

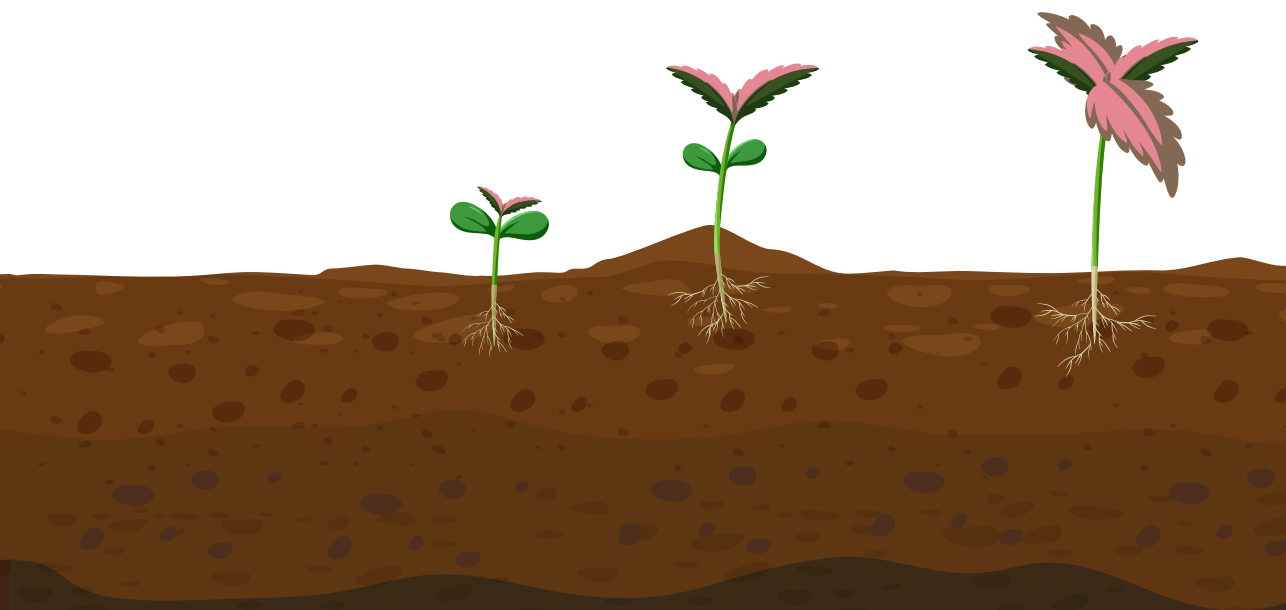


Esta primeira parte corresponde ao solo fértil sobre o qual se enraíza toda a proposta. Reúne justamente esses fundamentos estruturantes, que servem de ponto de partida para a construção de estratégias municipais e estaduais de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

Ao reconhecer que o Direito à Educação é um Direito Humano, esta seção busca compreender o fenômeno da exclusão escolar em toda sua complexidade, abordando tanto as condições internas da escola quanto os fatores externos, e suas dimensões sociais, econômicas e culturais que influenciam o aprender, o permanecer e o concluir.

São também apresentados os marcos legais e políticos que adubam esse solo de proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil, além das premissas éticas e diretrizes políticas que orientam a implementação de ações intersetoriais e sustentáveis.

Esta nascente conceitual e normativa fundamenta todo o percurso proposto pela sistematização: compreender o território, articular políticas intersetoriais, implementar ações concretas e monitorar resultados para garantir que nenhuma criança ou adolescente seja deixado para trás.



## Este material se destina aos seguintes públicos:



### **Gestoras e gestores públicos:**

responsáveis pela formulação e implementação de políticas educacionais em níveis municipal e estadual.



### **Educadoras e educadores:**

profissionais que atuam diretamente com estudantes em situação de vulnerabilização e risco de exclusão escolar.



### **Rede territorial de proteção social:**

equipes da Assistência Social, Saúde, Educação, Direitos Humanos, Conselhos Tutelares e outros setores estratégicos.



### **Organizações comunitárias e movimentos sociais**

que atuam no território e podem contribuir para prevenir a exclusão escolar.

## Níveis de atuação contemplados:



### **Territorial:**

estratégias que dialogam com realidades locais e enfrentam desigualdades estruturais.



### **Comunitário:**

valorização de saberes locais, participação social e mobilização das famílias e lideranças comunitárias.



### **Municipal:**

apoio direto a secretarias de Educação e redes locais de proteção.



### **Estadual:**

articulação de políticas e programas que fortalecem a capacidade dos municípios.

## Base Conceitual

### Educação Integral como Direito Humano

Compreender a Educação como um Direito Humano significa ir além de garantir matrícula e frequência escolar. É reconhecer que ela se enraíza em um solo fértil de direitos garantidos, do qual brota a possibilidade do desenvolvimento integral. Esse solo é nutrido pela equidade, pela justiça social e pelo compromisso coletivo de garantir condições para que cada sujeito se desenvolva em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Crianças e adolescentes não são apenas estudantes, são sujeitos singulares, com histórias, culturas, identidades e modos próprios de aprender e participar do mundo. Por isso, cabe à escola acolher essa diversidade, valorizar saberes e trajetórias e construir práticas pedagógicas que estimulem percursos de aprendizagem conectados ao pleno potencial humano de cada estudante.

O Territórios em Rede parte da **Educação Integral**<sup>5</sup> como uma concepção que coloca a criança e o adolescente no centro do processo educativo e reconhece que educar e aprender são processos contínuos, que ocorrem em múltiplos tempos, espaços e relações. As “Diretrizes de Educação Integral Antirracista para o Ensino Fundamental: uma contribuição da sociedade civil”<sup>6</sup> reforçam que não há desenvolvimento integral sem equidade racial, uma vez que o racismo, o sexismo e as desigualdades territoriais estruturam historicamente as trajetórias escolares no Brasil. Por isso, uma Educação Integral comprometida com a equidade precisa reconhecer e enfrentar o racismo institucional e estrutural, valorizando as identidades, as práticas culturais e os saberes que emergem dos territórios.

---

**5** CIDADE ESCOLA APRENDIZ. **Desenvolvimento Integral**. Centro de Referências em Educação Integral, 2014. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/desenvolvimento-integral/>. Acesso em: 14 out. 2025.

**6** CIDADE ESCOLA APRENDIZ; AÇÃO EDUCATIVA E RODA EDUCATIVA. **Diretrizes de Educação Integral Antirracista para o Ensino Fundamental: uma contribuição da sociedade civil**. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2024. Disponível em: <https://go.aprendiz.org.br/KP320Q>. Acesso em: 14 out. 2025.

Nesse sentido, a escola deve se abrir ao território em que está inserida, dialogar com a comunidade e articular-se com políticas públicas de Cultura, Esporte, Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos, Habitação, Meio Ambiente e Justiça, compondo ecossistemas educativos interdependentes. O território, entendido como espaço educativo vivo, é lócus de experiências culturais, afetivas, ancestrais e sociais que se entrelaçam e produzem aprendizagens significativas, capazes de ampliar oportunidades e fortalecer o pertencimento.

Essa articulação entre escola, território e políticas públicas cria **redes territoriais de proteção social**, capazes de apoiar crianças e adolescentes diante das vulnerabilizações que impactam suas trajetórias escolares. Nesse sentido, a Educação Integral não se restringe a um tempo ampliado na escola, mas constitui-se como projeto de sociedade enraizado em solo fértil de direitos e de equidade, que busca garantir o Direito à Educação em sua dimensão mais ampla, conectando saberes, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo o desenvolvimento integral de cada sujeito.

## O que é Educação Integral Antirracista?



*A Educação Integral Antirracista é uma concepção educacional que considera as identidades, as diferenças e as diversidades, as práticas culturais e a interação de grupos e pessoas, os múltiplos saberes e a relação com o meio e o território como partes fundamentais que orientam as ações para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral das pessoas, ou seja, a Educação Integral Antirracista é uma Educação contextualizada, democrática, significativa e emancipatória.”*

— Cidade Escola Aprendiz, 2024, p. 12<sup>7</sup>

<sup>7</sup> CIDADE ESCOLA APRENDIZ; AÇÃO EDUCATIVA E RODA EDUCATIVA. **Diretrizes de Educação Integral Antirracista para o Ensino Fundamental**: uma contribuição da sociedade civil. São Paulo: Centro de Referências em Educação Integral, 2024. Disponível em: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL\\_diretrizes-EIA\\_2025-06-24.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL_diretrizes-EIA_2025-06-24.pdf). Acesso em: 14 out. 2025.

## Condições de Educabilidade: conceito e implicações

Conforme destaca López e Tedesco (2002, p. 39)<sup>8</sup>, a Educabilidade não é uma característica natural ou inata da criança, mas “um potencial que se realiza quando a sociedade cria condições sociais, culturais, institucionais e pedagógicas que tornam possível e significativo aprender”.

Esse entendimento desloca a ideia de que algumas crianças “não aprendem” por limitações próprias e chama atenção para a necessidade de preparar o solo fértil onde o aprendizado possa florescer.

Essas condições costumam ser analisadas em dois grandes grupos:

Fatores internos à escola	Fatores externos à escola
<p>Qualidade do ensino, currículo contextualizado, práticas pedagógicas inclusivas e culturalmente responsivas, ambiente seguro e acolhedor, apoio pedagógico e psicossocial, formação continuada de professores e gestão escolar comprometida com diversidade e equidade.</p>	<p>Condições de vida das famílias (renda, moradia, jornada de trabalho dos responsáveis, tempo disponível para apoiar a vida escolar), acesso às políticas públicas (saúde, alimentação, transporte e Assistência Social), segurança no território, proteção contra violências e oportunidades culturais.</p>

Observar a educabilidade de forma integrada pode ajudar gestores, educadores e redes de proteção social a compreenderem que a escola não opera isoladamente, e que a permanência dos estudantes depende tanto do que acontece dentro dela quanto do contexto socioterritorial.

**8** LÓPEZ, N.; TEDESCO, J. C. *Las condiciones de educabilidad de los niños y adolescentes en América Latina*. Buenos Aires: UNESCO, 2002. 39 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371338>. Acesso em: 23 out. 2025.

## Redes Territoriais de Proteção e o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente

A noção de rede de atenção e proteção refere-se a formas de organização e articulação baseadas na cooperação entre instituições, políticas públicas e profissionais, voltadas para a defesa e a promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Mais do que arranjos burocráticos, as redes são tramas vivas que se fortalecem mutuamente para sustentar a vida do conjunto. São estratégias entrelaçadas de cuidado, proteção e justiça social, capazes de garantir respostas integradas, céleres e qualificadas a situações de violência, violação de direitos ou outras vulnerabilizações que comprometem o desenvolvimento pleno e a cidadania.

As redes são parte integrante e fundamental do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) – estruturado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e consolidado nas diretrizes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O SGDCA é composto por um conjunto articulado de políticas, serviços e instâncias que atuam em três eixos complementares:

- **Promoção de direitos:** políticas públicas universais (Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer) e programas específicos que previnem violações e fortalecem famílias e comunidades.
- **Defesa e responsabilização:** órgãos como Conselhos Tutelares, Ministério Público, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Delegacias Especializadas e demais serviços que atuam para garantir a proteção de direitos violados.
- **Controle social:** participação da sociedade civil organizada, especialmente por meio dos Conselhos de Direitos, fóruns e movimentos sociais, que fiscalizam e incidem para a efetividade das políticas.

Nessa perspectiva, com base em Oliveira, Delziovo e Lacerda (2014)<sup>9</sup>, as redes podem se organizar em diferentes níveis:

Rede Intrasetorial	Rede Intersectorial
<p>Formada pelos serviços que atuam dentro de uma mesma política pública (por exemplo, na Educação: escolas regulares, equipes de apoio pedagógico, programas de mediação de conflitos e núcleos especializados).</p>	<p>Articula diferentes políticas – Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública, Sistema de Justiça, Conselhos de Direitos e Organizações da Sociedade Civil –, criando fluxos integrados para prevenir e enfrentar violações.</p>

A construção e o fortalecimento das redes atuando nos territórios em prol do Direito à Educação envolvem um processo contínuo e permanente de articulação, que pressupõe:

1. Diagnóstico do território e dos serviços disponíveis, identificando lacunas e potenciais de atuação.
2. Definição objetiva dos papéis institucionais e profissionais, evitando sobreposição e omissões.
3. Pactuação de fluxos de atendimento e protocolos intersectoriais, que garantam acesso ágil e qualificado.

### Redes territoriais de proteção

- **Informais:** coletivos e organizações comunitárias articuladas em causas comuns.
- **Formais:** redes de proteção social e políticas públicas intersectoriais, com sistemas de informação integrados e comitês multidisciplinares.

A escola é parte ativa dessas redes, apoiando o protagonismo de crianças e adolescentes e incentivando a transformação social.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, C. S. de; DELZIOVO, C. R.; LACERDA J. T. **Redes de Atenção à Violência**. Florianópolis: UFSC, 2014. 40 p. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/1882/1/Redes.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

4. Formalização dos acordos e compromissos por meio de atos normativos, deliberações dos conselhos e instrumentos de gestão.
5. Capacitação permanente dos profissionais, com enfoque em Direitos Humanos, escuta qualificada, redução das desigualdades e prevenção da revitimização.
6. Comunicação eficiente e acessível com a população, para orientar sobre direitos, serviços e mecanismos de proteção existentes.

Além disso, o SGDCA e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conanda, reforçam que as redes devem manter mecanismos de monitoramento e avaliação participativa, permitindo revisar fluxos, avaliar resultados e aprimorar a qualidade e a humanização do atendimento. O objetivo é assegurar que cada criança e adolescente seja atendido de forma integral, articulada e protetiva, sem ser revitimizado ou submetido a novas privações.

### **Exclusão Escolar: um desafio coletivo e intersetorial**

A exclusão escolar é mais que um problema pedagógico: é uma clareira que se abre na floresta, resultado do esgotamento do solo, da falta de nutrientes e da quebra das conexões que sustentam o conjunto. Trata-se de um fenômeno social complexo, marcado por desigualdades históricas e estruturais. Seu enfrentamento tende a ser mais efetivo quando envolve a colaboração entre Educação, Assistência Social, Saúde, Cultura, Justiça e movimentos comunitários, criando fluxos e protocolos que favoreçam a identificação, o acompanhamento e o apoio às crianças e adolescentes em risco.

Em vez de medidas isoladas, pode ser mais relevante planejar ações integradas e de longo prazo, fortalecendo mecanismos de monitoramento e acompanhamento de estudantes. Também vale considerar a importância dos instrumentos de planejamento e orçamento – Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, para dar sustentabilidade às políticas e evitar descontinuidade com mudanças de gestão.

## Sem acesso à escola, Infrequência, Abandono e Evasão – por que diferenciar?

Segundo a sistematização da pesquisadora Julia Ventura (2021)<sup>10</sup> e a experiência do Projeto Aluno Presente (2017)<sup>11</sup>, é fundamental distinguir esses termos para agir corretamente:

- **Exclusão escolar:** conceito amplo que descreve todo o processo de afastamento da e do estudante da vida escolar, desde os primeiros sinais (infrequência, baixo engajamento, falta de apoio) até a saída definitiva.
- **Crianças e adolescentes que não possuem acesso à unidade escolar:** crianças e adolescentes que nunca frequentaram e/ou não frequentarão a escola, a menos que lhes seja dado acesso.
- **Infrequência escolar:** situação em que a criança ou adolescente está matriculado, mas apresenta faltas regulares ou longos períodos de ausência, sem desligamento formal. Muitas vezes é o primeiro sinal de risco de exclusão. Exemplo: estudante que compareceu apenas alguns dias por mês devido a problemas de transporte ou saúde.
- **Abandono escolar:** quando a pessoa interrompe a frequência durante o ano letivo. Exemplo: adolescente que deixa de ir à escola após violência doméstica ou gravidez precoce.
- **Evasão escolar:** ocorre quando a criança ou adolescente não está matriculado em nenhuma instituição de ensino, seja porque nunca se inscreveu ou porque abandonou e não retornou no ano seguinte. Exemplo: jovem que saiu da escola aos 14 anos para trabalhar e não se rematriculou.

A exclusão escolar, em suas múltiplas expressões (infrequência, abandono e evasão), deve ser lida como sinal de desequilíbrio: um alerta de que o solo perdeu nutrientes e as redes precisam se fortalecer. Reconhecer suas causas é

**10** SILVA, J. V. G. da. **Educação é um Direito: uma sociologia da exclusão escolar na cidade do Rio de Janeiro**. 305 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=54745>. Acesso em: 24 out. 2025.

**11** SOUSA SILVA, E.; KRENZINGER, M. **Crianças e Adolescentes Fora da Escola: documento orientador para gestores públicos a partir da experiência do Projeto Aluno Presente**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cidade Escola Aprendiz, 2017. 114 p. Disponível em: <https://www.alunopresente.org.br/wp-content/uploads/2016/08/aluno-guia-ago17.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

o primeiro passo para restaurar a floresta e garantir que cada criança e adolescente tenha direito de crescer, aprender e se desenvolver integralmente.

## Panorama da Exclusão Escolar no Brasil na implementação do Territórios em Rede

Durante a pandemia de Covid-19, no período de início da implementação do projeto, em novembro de 2020, mais de **5 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos** ficaram sem acesso à Educação formal, estando fora da escola ou sem atividades escolares. **Mais de 40%** deste público era de crianças de 6 a 10 anos, faixa etária que antes da pandemia tinha quase universalizado o seu acesso à escola. A população dessa faixa etária que vivia em áreas rurais das regiões Norte e Nordeste do país foi a mais atingida pela exclusão escolar durante a emergência sanitária que atingiu o país.

*Fonte: Unicef, 2021<sup>12</sup>*

Em nível nacional, a pandemia de Covid-19 agravou o risco de exclusão escolar, afetando principalmente crianças e adolescentes que já enfrentavam dificuldades na Educação. O ensino remoto adotado durante a pandemia carecia de acesso às ferramentas digitais, como aparelhos eletrônicos e internet, além de apoio de preceptoria, o que não era vivenciado da mesma forma pelas crianças e adolescentes, segundo a região do país, faixa etária, classe social, gênero e cor/raça. Isso ampliou as já existentes desigualdades de acesso e permanência na escola, além da aprendizagem dos alunos.

*Fonte: Soares, Bock e Marques, 2023<sup>13</sup>*

**12** FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Cenário da Exclusão escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da covid-19 na Educação**. Brasília: Unicef, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>.

**13** SOARES, J. R.; BOCK, A. M. B.; MARQUES, E. de S. A. Impactos da pandemia da covid-19 na educação básica: a questão do fracasso escolar. **Educação**. Santa Maria, Santa Maria, v. 48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/85155>.

## Desigualdades Estruturais e Interseccionalidade

Uma análise apurada da exclusão escolar deve incorporar a perspectiva interseccional, ampliando a compreensão sobre como as diferentes desigualdades produzidas – de raça, gênero, território, deficiência e classe social – se entrelaçam sob o mesmo solo.

Assim como em uma floresta, onde o crescimento desigual das árvores revela áreas de sombra ou competição por nutrientes, a exclusão escolar é resultado do entrecruzamento de forças históricas e estruturais que afetam de modo diferente cada grupo social e exige respostas sistêmicas para sua superação. Nesse sentido, é importante observar os seguintes fatores:

- **Território:** crianças e adolescentes de favelas sob violência armada, áreas periféricas ou zonas rurais podem enfrentar transporte precário, insegurança e ausência de equipamentos culturais e de lazer. As regiões Norte e Nordeste, em especial, ainda registram maior precarização da infraestrutura educacional.
- **Raça, etnia, gênero e orientação sexual:** a exclusão escolar reflete o modo como raça, etnia e gênero se entrecruzam na produção das desigualdades. Estudantes negros, indígenas e de comunidades tradicionais enfrentam o racismo estrutural dentro e fora da escola – em currículos que invisibilizam suas histórias, saberes e identidades, por meio de sanções disciplinares mais severas e baixas expectativas sobre seu potencial. As meninas negras são impactadas por responsabilidades domésticas precoces, violência sexual e gravidez na adolescência, enquanto meninos negros e periféricos estão mais expostos ao trabalho infantil, à criminalização precoce e à violência institucional. Segundo estudo realizado pelo Observatório Fundação Itaú, em parceria com Equidade.Info, mais da metade dos professores (54%) já presenciaram casos de racismo envolvendo estudantes em sala de aula. Dados da pesquisa sobre Percepção do Racismo, encomendada pelo Projeto SETA e Instituto de Referência Negra Peregum, informam que a cada 10 pessoas que relatam ter sofrido

racismo no Brasil, 3,8 foram vítimas da violência em escolas, faculdades ou universidades.<sup>14</sup>

Entre estudantes LGBTQIA+, a violência também é recorrente. Segundo a “Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024)”, da Aliança Nacional LGBTI+<sup>15</sup>, 61,4% relataram ter sofrido *bullying* por causa da orientação sexual ou identidade de gênero; 40% já pensaram em abandonar os estudos e 17% efetivamente o fizeram após episódios de discriminação. O levantamento também aponta que a maioria das violências ocorre durante o Ensino Fundamental e Médio, e que as escolas públicas concentram 76% dos casos relatados. A ausência de políticas de acolhimento, formação docente sobre diversidade e protocolos de enfrentamento à LGBTfobia amplia o risco de evasão e compromete o Direito à Educação com segurança e pertencimento.

- **Deficiência e altas habilidades:** a exclusão de estudantes com deficiência ou altas habilidades está associada a barreiras físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. A falta de acessibilidade arquitetônica, a escassez de profissionais de apoio especializado e a formação docente insuficiente comprometem a inclusão e resultam em trajetórias escolares marcadas por permanência precária ou exclusão velada. Garantir a inclusão requer não apenas matrícula, mas acesso à aprendizagem, participação e reconhecimento das potencialidades individuais.

Os estudos do IMDS – Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (2023)<sup>16</sup> e de Sousa *et al.* (2018)<sup>17</sup> convergem ao demonstrar que a evasão escolar no Brasil

<sup>14</sup> Disponível em: [projetooseta.org.br/wp-content/uploads/2024/04/PercepcoesRacismoBrasil\\_2024-PTBR.pdf](https://projetooseta.org.br/wp-content/uploads/2024/04/PercepcoesRacismoBrasil_2024-PTBR.pdf).

<sup>15</sup> ALIANÇA NACIONAL LGBTI+. Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024). Curitiba, PR: IBDEX, 2025. 94 p. Disponível em: <https://aliancagbti.org.br/relatorio-pesquisa-nacional-sobre-o-bullying/>. Acesso em: 24 out. 2025.

<sup>16</sup> ROCHA, L.; LEAL, M. **Explorando os motivos da evasão escolar no Brasil: uma análise a partir do suplemento de educação da PNADC-2022**. Rio de Janeiro: Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), 2023. (Nota Técnica IMDS NT 001/2023). Disponível em: <https://imdsbrasil.org/doc/ImdsNT001-2023-Evas%C3%A3oEscolarPNADC2022.pdf>. Acesso em: 24 out. 2025.

<sup>17</sup> SOUSA, C. R. O. et al. Fatores preditores de evasão escolar entre adolescentes com experiência de gravidez. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 160–169, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/kn8yrCMhL3XhfGk3HvCxLgg/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2025.

é profundamente relacionada às desigualdades sociais e às experiências de vulnerabilização das meninas e adolescentes.

O relatório do IMDS, com base na PNADC-2022, revela que, enquanto as meninas pertencentes ao grupo dos 20% mais pobres apontam a gravidez como o principal motivo de ter deixado de frequentar a escola (26,4%), as meninas do grupo dos 20% mais ricos apontam esse motivo de forma significativamente menor (10,5%). Entre as adolescentes do primeiro grupo, os motivos para deixar a escola estão significativamente ligados a condições estruturais, como a necessidade de cuidar de familiares ou realizar afazeres domésticos, a necessidade de trabalhar e a falta de vaga ou de escola na localidade ou turno desejado. Já entre as meninas do grupo mais rico, os principais motivos são o trabalho e o desinteresse, este último também significativo entre as meninas do grupo mais pobre. Os motivos estruturais aparecem de forma insignificante entre as meninas mais ricas. O estudo de Sousa et al. (2018), centrado em adolescentes com experiência de gravidez, identifica que a baixa renda familiar, o trabalho precoce e a gravidez recorrente são fatores preditores do abandono escolar, reforçando a relação direta entre pobreza e interrupção do percurso educativo.

Foto: Breno Pompeu



Ambas as análises destacam que o abandono não é resultado de uma mera escolha individual, mas consequência de um contexto social que amplifica vulnerabilidades e limites de possibilidades. No caso das adolescentes grávidas, a maternidade precoce atua como um amplificador das desigualdades já existentes, expondo a falta de políticas públicas que assegurem acolhimento escolar, creches, apoio social e reinserção educacional. A síntese entre os achados revela que a evasão escolar feminina, em especial entre as mães jovens, expressa uma sobreposição de opressões de gênero, classe e idade – um reflexo das insuficiências estruturais das políticas de permanência e das redes de proteção social no país.

## Racismo Estrutural: raízes históricas e caminhos possíveis

O racismo estrutural marcou profundamente a constituição do sistema educacional brasileiro, como raízes antigas fincadas em solo desigual. Durante o período de escravização, pessoas negras foram proibidas de acessar a Educação Formal; mesmo após a abolição, o Estado manteve políticas e práticas que negligenciaram a escolarização da população negra, perpetuando currículos eurocentrados e ambientes excludentes.

Pesquisas como as de Petronilha Silva (2018)<sup>18</sup> mostram que a escola brasileira nunca foi neutra: foi construída sobre práticas que naturalizam desigualdades raciais e reforçam hierarquias sociais. Isso se expressa em currículos que invisibilizam culturas afro-brasileiras e indígenas, na sub-representação de professores negros, nas punições disciplinares mais severas e nas baixas expectativas sobre o desempenho de estudantes negros.

---

18 SILVA, P. B. G. **Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 69, p. 123–150, maio/jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/er/a/xgg-QmhckhC9mPwSYJWFbND/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2025.

Avanços legais – como a Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei nº 11.645/2008, que incluiu História e Cultura dos Povos Indígenas nos currículos escolares – são marcos fundamentais na luta contra o racismo estrutural e na valorização da diversidade étnico-racial na Educação. No entanto, sua implementação ainda ocorre de forma desigual e continua a enfrentar barreiras culturais, institucionais e pedagógicas que limitam a efetivação de uma Educação antirracista, plural e comprometida com a equidade.

Nesse cenário, pode ser relevante fortalecer:

- currículos antirracistas e inclusivos, que representem saberes da população negra, afro-brasileira e dos povos indígenas;
- formação continuada de professores em relações étnico-raciais;
- ações afirmativas e políticas de equidade;
- participação comunitária de movimentos negros e povos indígenas na formulação de políticas;
- sistemas de monitoramento racializado de dados sobre acesso, permanência e desempenho escolar.

### Dicas de vídeo e texto sobre o tema

**Documentário “As marcas do racismo na escola”**, da série Caminhos da Reportagem, produzida pela TV Brasil. Link de acesso: [https://www.youtube.com/watch?v=xDpl\\_DGUCBs](https://www.youtube.com/watch?v=xDpl_DGUCBs).

**Publicação “Exclusão Escolar e Violência no Território: como agir a partir da estratégia Busca Ativa Escolar”**, lançada pelo Unicef, Undime e Avante – Educação e Mobilização Social. Link de acesso: [https://buscaativaescolar.org.br/storage/files/shares/2025/Caderno\\_violencia\\_territorio\\_set24\\_V2.pdf](https://buscaativaescolar.org.br/storage/files/shares/2025/Caderno_violencia_territorio_set24_V2.pdf).

**Publicação “Diretrizes de Educação Integral Antirracista para o Ensino Fundamental: uma contribuição da sociedade civil”**, lançada pela Cidade Escola Aprendiz, Roda Educativa e Ação Educativa. Link de acesso: [https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL\\_diretrizes-EIA\\_2025-06-24.pdf](https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2025/06/DIGITAL_diretrizes-EIA_2025-06-24.pdf).

## Marco Legal e Político

Ao longo das últimas décadas, o Brasil vem preparando o solo sobre o qual se ergue o Direito à Educação. Nesse terreno, constituiu um marco legal e político que reconhece a Educação como um Direito Humano fundamental e busca assegurar a proteção integral de crianças e adolescentes. A partir da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), consolidou-se a noção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, titulares de proteção prioritária e de acesso a uma Educação que favoreça seu desenvolvimento integral.

Esse avanço normativo foi acompanhado de políticas públicas que ampliaram o acesso à escola, fortaleceram o financiamento da Educação Básica, incorporaram a diversidade étnico-racial como eixo curricular e criaram mecanismos de proteção contra a violência no ambiente escolar. Destacam-se conquistas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Novo Fundeb, entre outras medidas que consolidam o Direito à Educação como um dever do Estado e uma prioridade social.

No entanto, como toda terra fértil que precisa ser cultivada com constância, a existência de leis e políticas não garante sozinha, por si só, a frutificação desse direito. Persistem desigualdades estruturais e históricas que impactam o acesso, a permanência e o aprendizado, especialmente de crianças negras, indígenas, periféricas, quilombolas, em situação de pobreza ou com deficiência.

Assim, embora o Brasil tenha avançado significativamente na formulação de marcos legais e políticas públicas, permanece o desafio de fazer florescer nos territórios o que foi semeado em leis, por meio de escolas conectadas às comunidades, redes territoriais de proteção ativas e políticas de longo prazo que combatam racismo estrutural, desigualdade social e violência.

## Linha do Tempo – Marco Legal e Político na Educação e Direitos das Crianças e Adolescentes

Ano	Norma/Marco	Principais avanços
1988	Constituição Federal	Garante o Direito à Educação como dever do Estado, assegurando acesso universal e Educação de qualidade voltada ao desenvolvimento integral.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069	Consolida a proteção integral, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelece prioridade absoluta em políticas públicas.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394	Regulamenta a Educação Nacional e propõe ampliação progressiva do tempo de permanência escolar para Educação Integral.
2003	Lei nº 10.639	Torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Ensino Fundamental e Médio.
2006	Resolução nº 113 do CONANDA	Institui o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), articulando órgãos públicos e sociedade civil.
2008	Lei nº 11.645	Inclui o ensino da História e Cultura Indígena no currículo obrigatório, fortalecendo a diversidade étnico-racial.
2014	Lei nº 13.005 – Plano Nacional de Educação (PNE)	Define metas para ampliar a Educação Integral, com pelo menos 50% das escolas públicas oferecendo essa modalidade a 25% dos alunos.

Ano	Norma/Marco	Principais avanços
2017	Lei nº 13.431 e Decreto nº 9.603	Organizam atendimento especializado a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, evitando revitimização.
2019	Lei nº 13.935	Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de Educação Básica.
2020	Lei nº 14.113 (Novo Fundeb)	Estabelece financiamento permanente e sustentável para a Educação Básica pública.
2022	Lei nº 14.344 (Lei Henry Borel)	Reforça a proteção de crianças contra violência doméstica e familiar.
2023	Lei nº 14.640	Institui o Programa Escola em Tempo Integral, com regras para adesão, financiamento e acompanhamento.
2023	Lei nº 14.643	Cria sistema nacional de monitoramento e prevenção da violência escolar.
2024	Decreto nº 12.006	Regulamenta o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE).
2024	Lei nº 14.811	Criminaliza <i>bullying</i> e <i>cyberbullying</i> , reforçando ambientes escolares seguros.
2024	Lei nº 15.069	Institui a Política Nacional de Cuidados, ampliando apoio e suporte social para famílias e crianças.
2024	Portaria MEC nº 470	Cria a Política Nacional de Equidade para Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola.

Ano	Norma/Marco	Principais avanços
2025	Lei nº 15.231	Altera o art. 12 da LDB (nº 9.394/1996), determinando que os estabelecimentos de ensino devem comunicar ao Conselho Tutelar as ocorrências e os dados relativos a casos de violência que envolvam seus alunos, especialmente automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados. <sup>19</sup>

## Perguntas para reflexão inicial

- ▶ O município onde você atua possui bases legais, instrumentos de gestão e mecanismos intersetoriais suficientes para garantir que nenhuma criança ou adolescente fique fora da escola ou em risco de exclusão escolar?
- ▶ Existem leis e normas locais que assegurem proteção integral e definem responsabilidades frente à infrequência e à evasão escolar?
- ▶ Há planos, protocolos e fluxos intersetoriais formalizados e em funcionamento?
- ▶ Os conselhos municipais, as secretarias e a comunidade participam de forma articulada na construção e acompanhamento dessas políticas?

Suas respostas ajudarão a identificar lacunas, avanços e prioridades para fortalecer a rede de proteção educacional e social do território.




Veja no **Anexo I**  
*Checklist* para  
 Mapeamento  
 do Marco Normativo e  
 Instrumental da Proteção  
 Social e Educacional  
 no Município

**19** O inciso VIII do art. 12 da LDB já determinava a notificação ao Conselho Tutelar de casos de estudantes com faltas injustificadas em número igual ou superior a 30% do percentual permitido por lei. Essa complementação reforça o papel da escola como uma das portas de entrada da proteção social e destaca a necessidade de fluxos intersetoriais ágeis, garantindo respostas integradas que articulem Educação, Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar na defesa da vida e na prevenção da exclusão escolar. Link de acesso à Lei: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2025/Lei/L15231.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2025/Lei/L15231.htm).



## Parte II

# Diagnóstico Socioterritorial: ponto de partida para enfrentar a exclusão escolar

A stylized illustration of brown tree roots extending from the left side of the page towards the center, symbolizing deep roots and stability.

Assim como uma árvore só cresce de forma saudável quando tem raízes profundas que buscam nutrientes e firmeza no solo, uma política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar precisa começar se aprofundando no território para conhecer suas condições, potências e desafios.

O Diagnóstico Socioterritorial é o instrumento que permite criar raízes no território, compreendendo de maneira aprofundada o solo onde se quer agir – identificar barreiras à educabilidade, reconhecer potencialidades locais, ouvir quem vive a realidade escolar e mapear recursos que podem fortalecer redes de proteção.

As orientações e ferramentas apresentadas aqui foram construídas a partir da experiência prática do projeto Territórios em Rede em diferentes municípios. Elas dialogam com aprendizados de iniciativas da Fundação Vale e de outras organizações da sociedade civil. Essa trajetória demonstrou que, quando se mergulha nas raízes do território, é possível planejar políticas mais eficazes, intersetoriais e sustentáveis, capazes de enfrentar desigualdades históricas e garantir que nenhuma criança ou adolescente seja deixado para trás.

## Raízes Primeiro: por que começar com um diagnóstico?

O Diagnóstico Socioterritorial é a primeira etapa concreta para transformar princípios em ação. Ele permite conhecer profundamente o território, identificar barreiras e potencialidades, e construir políticas públicas intersetoriais conectadas às realidades locais.

Mais do que um levantamento de dados, o diagnóstico socioterritorial é um processo analítico e participativo que revela como contextos sociais,

Foto: Renato Resende



econômicos, culturais e institucionais impactam o acesso, a permanência e a aprendizagem de crianças e adolescentes. Algo que deve ser visto como um instrumento vivo, em constante atualização, capaz de orientar políticas públicas efetivas e alinhadas às necessidades reais das comunidades.

Um diagnóstico bem conduzido pode cumprir duas funções centrais:

- Produzir conhecimento aprofundado sobre o território, articulando dados quantitativos e qualitativos para identificar quem está em risco, onde estão as lacunas de proteção social e como as desigualdades estruturais afetam o Direito à Educação.
- Mobilizar e pactuar atores diversos – Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Justiça, Conselhos, movimentos comunitários e famílias – para construir uma visão compartilhada e compromissos coletivos de enfrentamento da exclusão escolar.

## Princípios que Orientam o Diagnóstico

Além de se fundamentar nos mesmos **marcos legais** que orientam a metodologia e de incorporar um **olhar interseccional e antirracista** em todas as suas etapas, o diagnóstico deve ter como princípios a **participação social e a valorização dos saberes locais**. Isso significa envolver famílias, estudantes, educadores, lideranças comunitárias e movimentos sociais, reconhecendo que quem vive cotidianamente a realidade educacional e territorial detém conhecimentos essenciais para transformar políticas em práticas efetivas.

Também é essencial assegurar ao diagnóstico um **caráter dinâmico e estratégico**, compreendendo-o não como um relatório estático, mas como um organismo vivo, que precisa respirar com o território, sendo atualizado regularmente, articulando diferentes bases de dados e escutas para responder às mudanças do território e apoiar decisões em tempo real.

## Caminhos do Diagnóstico Socioterritorial

### 1. Levantamento de dados secundários

- Utilizar fontes como IBGE, Censo Escolar, CadÚnico, PNAD, sistemas municipais e estaduais.
- Priorizar indicadores como evasão escolar, as taxas de rendimento escolar, distorção idade-série, pobreza, trabalho infantil, violências e acesso a serviços públicos.
- Organizar informações em planilhas comparativas que permitam análises longitudinais e tendências territoriais.

### 2. Identificação de áreas prioritárias

- Cruzar indicadores de vulnerabilização social, exclusão educacional, trabalho infantil e violência.
- Usar ferramentas de georreferenciamento para mapear territórios críticos e identificar lacunas na cobertura de serviços.
- Considerar também a capacidade de atendimento e prestação de serviços da rede pública instalada em cada região.

### 3. Análise de indicadores críticos

- Examinar dados sobre abandono, distorção idade-série e trabalho infantil, relacionando-os à renda, à estrutura domiciliar e às políticas sociais disponíveis.
- Observar violências domésticas, negligência familiar e racismo institucional, fatores que afetam diretamente trajetórias escolares.

### 4. Escuta das comunidades e diagnóstico participativo


- Conduzir rodas de conversa com famílias, entrevistas com educadores, oficinas com crianças e adolescentes e diálogo com atores comunitários.
- Valorizar saberes locais e experiências inspiradoras já existentes para fortalecer o protagonismo comunitário.

## 5. Elaboração do panorama integrado

- Sistematizar dados quantitativos e qualitativos em um documento acessível e visualmente claro (gráficos, mapas, infográficos).
- Identificar não só problemas, mas também potencialidades e recursos endógenos que podem ser ampliados.
- Indicar recomendações específicas para diferentes setores.

## 6. Devolutiva e pactuação intersetorial

- Socializar achados com gestores e rede territorial de proteção social.
- Construir planos de ação integrados, definindo metas, responsabilidades, recursos e indicadores de monitoramento.
- Institucionalizar fóruns ou comissões intersetoriais permanentes para acompanhar a implementação.

 Acesse os diagnósticos produzidos pelo Territórios em Rede em: <https://territoriosemrede.org.br/participe/?busca=diagn%C3%B3stico&pagina=1>.

### Para que serve um bom diagnóstico?

- Transformar dados em decisão estratégica, apoiando políticas que combatam a exclusão escolar com foco em educabilidade e equidade.
- Fortalecer a governança intersetorial, criando compromissos claros entre setores e garantindo continuidade das ações.
- Dar visibilidade às desigualdades estruturais e apoiar intervenções que enfrentem o racismo, a pobreza e outras formas de exclusão.
- Sustentar políticas de longo prazo, alinhadas aos princípios éticos e diretrizes apontadas na PARTE I desta sistematização.



### Dica metodológica

Manter a base de dados atualizada e acessível às equipes envolvidas fortalece o trabalho intersetorial. É recomendável definir responsáveis pela alimentação e atualização periódica das informações, garantindo qualidade e segurança no tratamento dos dados.

## Mapeamento de redes e base de dados sociofamiliares

Um diagnóstico efetivo precisa, se possível, incluir:

- Mapeamento das redes de serviços existentes (escolas, unidades de saúde, CRAS, CREAS, Conselhos Tutelares, ONGs, coletivos locais, equipamentos esportivos e culturais), com georreferenciamento para visualizar potencialidades de articulação de ações.
- Organização de uma base de dados sociofamiliares unificada, que integre informações sobre as condições socioeconômicas e de proteção social das famílias, renda, moradia, saúde, violência, documentação e vulnerabilidades críticas.
- Uso de sistemas digitais e ferramentas acessíveis (como *QR Codes* para *checklists* e formulários) para facilitar o trabalho das equipes.

## Base de Dados sobre Demandas Sociofamiliares

Um elemento central do diagnóstico socioterritorial é a organização de uma base de dados sobre as condições de vida das crianças, adolescentes e suas famílias. Esse sistema de informações deve contemplar dimensões como renda, moradia, saúde, trabalho infantil ou informal, presença de violências, acesso a documentação básica e outros fatores que impactam a educabilidade.



Assim como as raízes se entrelaçam sob o solo para nutrir a floresta, cada dado coletado fortalece o conjunto, permitindo que se identifiquem os pontos em que o terreno está fragilizado (as situações de maior vulnerabilização social) e compreender barreiras externas que dificultam o acesso e a permanência na escola. Dessa forma, é possível priorizar atendimentos e o fomento a políticas

públicas de forma mais equânime e sensível às desigualdades territoriais. Essa base de dados pode atuar como um instrumento estratégico para que gestores e equipes intersetoriais tomem decisões fundamentadas e planejem ações de proteção integral voltadas à justiça social e à equidade.

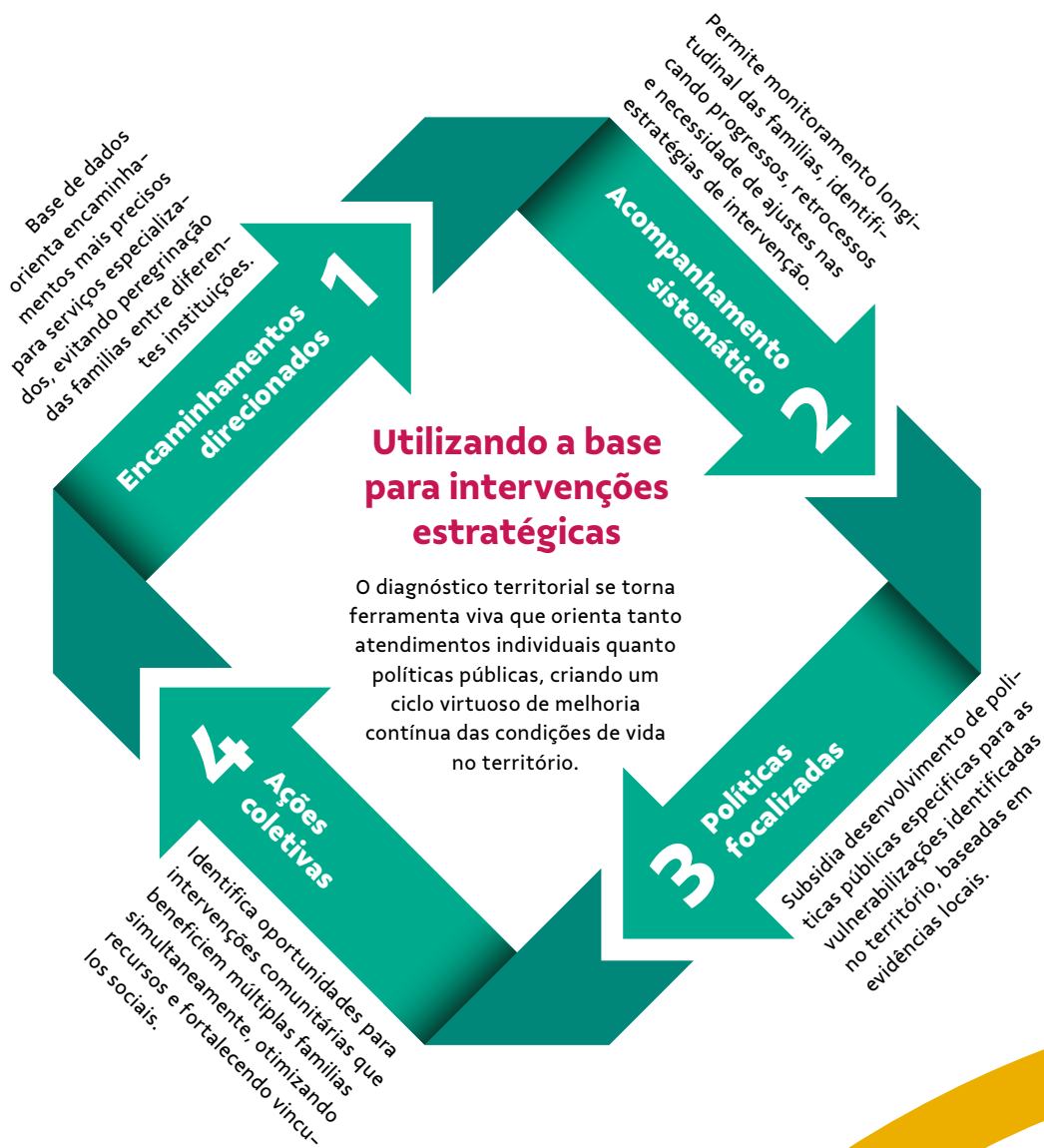
O quadro a seguir apresenta uma ilustração de como o cruzamento de informações pode oferecer um olhar territorializado sobre as privações de direitos multidimensionais às quais crianças e adolescentes estão expostos.



## Sugestão de percurso a ser realizado na sua localidade:

- Criar um formulário ou ficha de registro unificada. É recomendável utilizar modelos já testados, como a ficha do projeto Territórios em Rede, disponível em: <https://go.aprendiz.org.br/NPQ64W> .
- Coletar dados durante visitas domiciliares, escutas e atendimentos.
- Profissionais da Educação, Assistência Social, Saúde e outras áreas podem contribuir para alimentar essa base de forma colaborativa.
- Organizar as informações em planilhas ou sistemas digitais, cujo modelo está disponível em: <https://go.aprendiz.org.br/n05eVO> .
- Sempre que possível, utilizar plataformas que facilitem análises e cruzamentos de dados.
- Identificar situações prioritárias e vulnerabilizações.
- Cruzar informações para identificar casos de maior risco, que aprofundaremos mais adiante.
- Utilizar a base para orientar estratégias de intervenção.
- Apoiar decisões sobre encaminhamentos, acompanhamento familiar, políticas focalizadas e ações coletivas nos territórios.





## **Alerta de Risco para a Permanência Escolar: exemplos de monitoramento de fatores estruturais e violências que alimentam a exclusão**

Compreender as condições de educabilidade exige observar fatores que ultrapassam além dos muros da escola. Alguns contextos e experiências de vulnerabilização social aparecem repetidamente como barreiras à permanência de crianças e adolescentes e precisam orientar diagnósticos e ações intersetoriais.

Essas dimensões revelam que a exclusão escolar não é um problema pedagógico isolado, mas o resultado da intersecção entre violação de direitos e desigualdades históricas. Por isso, o monitoramento desses fatores deve orientar diagnósticos territoriais, planos de ação intersetoriais e estratégias integradas entre Educação, Assistência Social e Saúde, garantindo respostas articuladas e efetivas. Conheça a seguir alguns motivos que contribuem para que crianças e adolescentes estejam fora da escola:

Foto: Bruno Pompeu



## Gravidez na Adolescência – causa e consequência da evasão escolar para meninas

A gravidez na adolescência pode ser um fator fortemente associado à evasão escolar, mas também pode ser consequência dela, formando um ciclo difícil de romper. O afastamento da escola aumenta a vulnerabilidade social e a exposição a vínculos afetivos precoces e desiguais, enquanto a gestação sem apoio adequado reforça barreiras ao retorno e à continuidade dos estudos.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação 2024, divulgada em 2025 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),<sup>20</sup> a gravidez aparece como o segundo principal motivo para a saída da escola entre jovens mulheres (23,4% delas), ficando atrás apenas da necessidade de trabalhar (25,1%).

A pesquisa, que abrange a faixa etária de 14 a 29 anos, mostra que o abandono se concentra sobretudo entre adolescentes de 15 a 17 anos e mulheres jovens de 18 a 24 anos, etapas correspondentes ao Ensino Médio e à transição para o mercado de trabalho.

Os dados indicam que, em 2023, mais de 9 milhões de jovens no país, entre 15 e 29 anos, haviam deixado os estudos antes de concluir a Educação Básica, sendo as mulheres, de 18 a 24 anos, o grupo mais numeroso, com 4,5 milhões de casos de evasão escolar. Esse padrão evidencia que o impacto da gestação sobre a trajetória escolar é mais acentuado na adolescência e



### Dica metodológica

- Integrar Educação Sexual e Reprodutiva contextualizada ao currículo escolar.
- Articular Educação, Saúde e Assistência Social para garantir acompanhamento pré-natal e retorno seguro à escola.
- Ofertar creches e auxílios estudantis que viabilizem a permanência de mães adolescentes.

**20** INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). PNAD Contínua: Educação. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf). Acesso em: 11 nov. 2025.

juventude inicial (15 a 24 anos) – período em que ainda há baixa cobertura de políticas públicas de apoio à maternidade estudantil, como creches, flexibilização de calendário escolar e programas de permanência.

Ao mesmo tempo, adolescentes fora da escola têm menos acesso a informações sobre sexualidade, saúde reprodutiva e planejamento familiar, além de perderem vínculos com redes de proteção e projetos de vida, o que aumenta a exposição a gestações não planejadas. Por isso, enfrentar a gravidez na adolescência como dimensão da exclusão escolar requer compreender que se trata de um fenômeno educacional e social interdependente, que exige atuação articulada entre políticas públicas.

## Trabalho Infantil – causa e consequência da exclusão

A vulnerabilização social está tanto na origem do trabalho infantil quanto da evasão escolar. São fenômenos que se retroalimentam, uma vez que o afastamento da escola amplia a exposição ao trabalho precoce, e o trabalho infantil, por sua vez, aprofunda as desigualdades que comprometem a permanência e o Direito à Educação,<sup>21</sup> criando um ciclo de precariedade.

Dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024) mostram que, enquanto 97,5% das crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão matriculados, essa taxa cai para 88,8% entre



### Dica metodológica

- Integrar programas de erradicação do trabalho infantil com a Busca Ativa escolar.
- Garantir benefícios de proteção social e apoio financeiro às famílias para evitar que crianças precisem trabalhar.
- Promover a inclusão produtiva de responsáveis e o acesso aos programas de aprendizagem profissional para adolescentes com 14 anos ou mais, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei da Aprendizagem (Lei n. 10.097/2000).
- Articular Educação, Assistência Social e órgãos de proteção para interromper o ciclo de precariedade.

trabalhadores infantis. A evasão cresce conforme a idade e está associada a jornadas incompatíveis com a escola e à necessidade de complementar a renda familiar. Crianças e adolescentes que estão fora da escola também ficam mais vulneráveis a entrar no mercado de trabalho informal e perigoso, sem proteção social ou oportunidades de qualificação.

## **Violência Letal e Evasão Escolar – um ciclo que se reforça**

A evasão escolar pode também aumentar o risco de morte de adolescentes. Pesquisas que cruzam dados educacionais e de segurança pública evidenciam essa relação.

- Um relatório do Unicef (Escola que Protege, 2023) sobre adolescentes vítimas de violência letal em São Paulo mostrou que 66% dos jovens assassinados estavam fora da escola, sem concluir o Ensino Médio.
- O estudo revelou que metade desses adolescentes abandonou a escola entre o 9º ano do Ensino Fundamental e o 2º ano do Ensino Médio, período crítico para a evasão, e que 70% tinham histórico de reprovação.

Em São Paulo, o mapeamento realizado pelo Unicef mostrou que adolescentes que saíram da escola entre o final do Ensino Fundamental e o início do Médio ficaram rapidamente expostos a contextos de violência comunitária e homicídio juvenil. Jovens com histórico de reprovação ficaram especialmente

Foto: Bruno Pompeu



vulneráveis e morreram em até dois anos após abandonar os estudos.

A escola funciona não apenas como espaço de aprendizagem, mas como ambiente protetor, que oferece apoio social, oportunidades e construção de projetos de vida.

Fora dela, aumenta a exposição à pobreza, violência comunitária, recrutamento por grupos armados e tráfico de drogas.



### Dica metodológica

- Criar sistemas de acompanhamento de adolescentes em risco, com atenção especial às transições escolares (9º ano e início do Médio).
- Integrar dados educacionais e de segurança pública para identificar territórios e perfis mais vulneráveis.
- Garantir protocolos de resposta rápida entre Educação, Assistência Social e Segurança Cidadã.

## Preconceito, Discriminação e Violências no Ambiente Escolar

O racismo estrutural, a discriminação de gênero, o capacitismo e outras formas de preconceito alimentam tanto a exclusão escolar quanto diferentes expressões de violência no ambiente educacional. Essas violências comprometem o bem-estar, o pertencimento e o direito de aprender, especialmente entre grupos historicamente em contexto de vulnerabilização.

O 2º Boletim Técnico “Escola que Protege: dados sobre *bullying* e *cyberbullying*”, lançado pelo MEC em 2025,<sup>22</sup> apresenta informação obtida pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), em 2019, que revela que 39,1% dos estudantes entre 13 e 17 anos relataram terem se sentido humilhados por provocações de colegas ao menos uma vez nos 30 dias anteriores à realização da pesquisa.

Outro estudo realizado sobre as percepções da comunidade escolar em relação à violência contra meninas, publicado em 2025 pela Serenas,<sup>23</sup> identificou que, no semestre letivo anterior à pesquisa:

**22** Ministério da Educação. **2º Boletim Técnico Escola que Protege: dados sobre *bullying* e *cyberbullying***. 1. ed. Curitiba, PR: MEC, 2025. 24 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-que-protege/segundo-boletim-tecnico-escola-que-protege.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

**23** Serenas. Livres pra sonhar? Percepções da comunidade escolar sobre violência contra meninas. Serenas, 2025, 91 p. Disponível em: <https://serenasbr.org/novosite/wp-content/uploads/2025/10/31out-PESQUISA-SERENAS-COMPLETA.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2026.

- **76%** dos professores relataram ter visto situações de *bullying* contra as meninas, como apelidos depreciativos e atos de humilhação pública;
- **60%** relataram ter visto violência física entre estudantes do sexo masculino;
- **47%** relataram ter visto violência digital por estudantes contra meninas, como compartilhamento de fotos íntimas sem consentimento e envio de mensagens abusivas por meio de redes sociais; e
- **21%** relataram ter visto violência sexual de estudantes do sexo masculino contra estudantes do sexo feminino.

As análises alertam ainda que existe uma tendência a naturalizar algumas manifestações de violência baseada em gênero, o que contribui para a invisibilização do problema para os professores e para a escola.

Esses dados confirmam que o ambiente escolar, embora deva ser um espaço de proteção, também pode reproduzir violências simbólicas e institucionais, quando currículos, materiais didáticos e práticas pedagógicas ignoram ou desvalorizam a diversidade racial, de gênero, cultural e territorial.

A omissão diante dessas desigualdades reforça sentimentos de exclusão e contribui para o desengajamento e a evasão, especialmente entre meninas negras, indígenas, quilombolas, jovens LGBTQIA+ e estudantes com deficiência.



#### Dica metodológica

- Atenção ao racismo estrutural e às desigualdades interseccionais.
- Incorporar perspectivas antirracistas e de gênero em projetos pedagógicos, currículos e políticas de formação docente.
- Criar espaços seguros de escuta e apoio para estudantes que sofrem discriminação ou outra forma de violência.
- Garantir ações afirmativas e políticas de permanência voltadas a meninas negras, indígenas, quilombolas, jovens LGBTQIA+ e outros grupos vulnerabilizados.



Foto: Lays Fonseca

## Outros fatores de vulnerabilização social:

- 1. Pobreza e insegurança alimentar:** a falta de renda impacta o acesso ao transporte, à alimentação e aos materiais escolares. Mais da metade da população brasileira enfrenta algum grau de insegurança alimentar, e a evasão é significativamente maior entre famílias em situação de fome.<sup>24</sup>
- 2. Violência doméstica e comunitária:** abusos, negligência e violência armada comprometem o bem-estar emocional e a segurança, afastando estudantes da escola.<sup>25</sup>
- 3. Condições precárias de moradia e deslocamento:** viver em áreas com alta vulnerabilidade ambiental ou falta de transporte adequado dificulta o acesso diário à escola, agravando as desigualdades educacionais.<sup>26</sup>
- 4. Deficiências sem apoio especializado:** a falta de recursos pedagógicos inclusivos e acessibilidade nas escolas reforça processos de exclusão e desistência entre estudantes com deficiência (PePSIC – Família como fator de risco e proteção).<sup>27</sup>

**24** INSTITUTO UNIBANCO. Pobreza, fome e desigualdade social: impactos na educação do Brasil. **Observatório de Educação – Ensino Médio e Gestão**. [S.d.]. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/pobreza-fome-e-desigualdade-social-impactos-na-educacao-do-brasil>. Acesso em: 25 out. 2025.

**25** PATIAS, N. D.; GABRIEL, M. R.; DIAS, A. C. G. A família como um dos fatores de risco e de proteção nas situações de gestação e maternidade na adolescência. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 586–610, ago. 2013. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-42812013000200011](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000200011). Acesso em: 25 out. 2025

**26** UNICEF; UNDIME. **Busca Ativa Escolar: causas da exclusão escolar**. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/temas/causas-da-exclusao-escolar>. Acesso em: 11 nov. 2025.

**27** DE OLIVEIRA, Jucélia Brasil Gomes. A perspectiva da inclusão escolar da pessoa com deficiência no Brasil: um estudo sobre as políticas públicas. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 4, n. 6, 2022. DOI: 10.20952/revtee.v0i0.2250. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/2250>. Acesso em: 11 nov. 2025.

- 5. Sofrimento psíquico:** transtornos psicológicos, como depressão e ansiedade, estão relacionados ao isolamento e à queda no rendimento escolar, exigindo acompanhamento especializado.<sup>28</sup>

Os fatores acima atuam de forma interdependente, reforçando a importância de políticas integradas de proteção social e educacional. Somente redes territoriais fortes, intersetoriais e baseadas em evidências podem garantir a permanência escolar com dignidade, equidade e proteção integral.

### Síntese para ação intersetorial

Estes fatores, gravidez precoce, homicídios, trabalho infantil, discriminação racial e de gênero, além da infrequência escolar, estão interligados e exigem respostas coordenadas entre Educação, Assistência Social, Saúde, Justiça e Segurança Pública.

- **Prevenir:** fortalecer vínculos escolares, criar ambientes acolhedores e implementar políticas de proteção social.
- **Monitorar:** indicadores como gravidez na adolescência, homicídios juvenis, trabalho infantil, discriminação e dados de infrequência.
- **Escutar:** famílias, crianças e adolescentes para entender barreiras reais.
- **Articular:** fluxos e protocolos intersetoriais que garantam respostas rápidas e sustentáveis.

**28** LIMA, Odaize do Socorro Ferreira Cavalcante; SILVA, Ana Cristina Gomes; OLIVEIRA, Leandro Gilson de; SANTOS, Maurício Belarmino dos. A Interseção Entre Educação E Saúde Mental: Estratégias Para Apoiar Alunos Com Transtornos De Ansiedade E Depressão Nas Escolas. *Revista IOSR de Pesquisa e Método em Educação*, v. 10, pág. 24-52, 2024. DOI: 10.9790/487x-2610024152. Disponível em: <https://www.iosrjournals.org>. Acesso em: 11 nov. 2025.



# Estruturas Intersetoriais para Garantir o Direito à Educação

Com o terreno preparado e as raízes fortalecidas, o desafio passa a ser ativar os fluxos vitais que conectam o ecossistema, promovendo circulação de saberes, recursos e responsabilidades entre diferentes políticas e setores. Assim como em uma floresta, onde cada organismo cumpre um papel essencial para o equilíbrio do todo, nenhuma secretaria ou política pública, isoladamente, é capaz de enfrentar os múltiplos fatores que afastam crianças e adolescentes da escola. A interdependência é, portanto, o que garante que a Educação não caminhe sozinha, mas como parte de uma rede viva de proteção e cuidado.

Para que o Direito à Educação se torne realidade, é essencial articular redes sólidas de proteção social, capazes de dialogar, atuar de forma integrada e sustentar ações de longo prazo. Essa etapa exige estruturas intersetoriais estáveis, fluxos de comunicação funcionais, protocolos de atendimento integrados e equipes preparadas para mediar relações entre setores.

Nesta PARTE III, apresentamos estratégias práticas e modelos de trabalho intersetoriais, baseados na experiência do projeto Territórios em Rede. O objetivo é apoiar gestores e profissionais na construção de políticas conectadas, sustentáveis e sensíveis às desigualdades estruturais.

## Fluxos e Estruturas Intersetoriais

Para que a intersetorialidade funcione, é fundamental construir mecanismos objetivos de articulação entre setores. Assim como em uma floresta, onde raízes, troncos e copas se comunicam por uma rede invisível de trocas, as políticas públicas também precisam de estruturas que mantenham essa rede viva, evitando que cada setor atue de forma isolada. Algumas estruturas se mostraram especialmente efetivas:

### Fluxos Intersetoriais e Protocolos Integrados

- Desenvolver protocolos de atendimento que integram Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça, Cultura e outros setores.
- Definir critérios e responsabilidades de cada área no acompanhamento de casos de infrequência e evasão.
- Garantir comunicação objetiva entre escolas, Conselhos Tutelares, CRAS/CREAS, unidades de saúde e demais serviços.



#### Dica metodológica

Comece reunindo representantes das áreas-chave para mapear como cada setor atua, identificar gargalos nos encaminhamentos e definir um fluxo unificado. Ferramentas simples, como fluxogramas e fichas de encaminhamento unificadas, podem reduzir retrabalho e acelerar respostas.

### Comitês Gestores Intersetoriais

Criar um Comitê Gestor Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escolar é uma das estratégias mais efetivas. Os atores prioritários que devem compor o Comitê são as(os) Secretárias(os) e técnicas(os) das Secretarias Municipais de Educação, Assistência Social e Saúde; representantes do Conselho



Foto: banco de imagens do projeto

Tutelar; representante da Regional de Educação do Estado. Também são atores importantes: membros dos Conselhos Municipais de Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Assistência Social; representantes de Organizações da Sociedade Civil que atuem na defesa de direitos das crianças e dos adolescentes; representantes de órgãos do Sistema de Justiça e Garantia de Direitos, como Ministério Público, Defensoria Pública e Vara da Infância e Juventude.

#### **Funções estratégicas do Comitê:**

- Elaborar planos de ação integrados, com metas, prazos e responsabilidades compartilhadas.
- Discutir casos complexos e emergenciais (violência doméstica, ausência de transporte, insegurança alimentar, saúde mental etc.).
- Monitorar resultados com dados territoriais e indicadores de exclusão e inclusão escolar.
- Definir e revisar protocolos formais de atendimento e encaminhamento.

- Promover formações conjuntas entre setores, alinhando conceitos e práticas.
- Garantir recursos humanos e financeiros para a continuidade das ações.
- Atuar na incidência política, apresentando propostas ao Legislativo e articulando inclusão da pauta nos instrumentos de planejamento e orçamento (PPA, LDO, LOA).

### ! Dica metodológica

Formalize o Comitê por meio de portaria, decreto ou lei municipal, assegurando sua legitimidade e continuidade institucional. Defina uma agenda mínima de reuniões, com pautas objetivas, registro de decisões e acompanhamento público dos resultados. A partir da experiência do projeto, recomenda-se a realização mensal dos encontros, respeitando, contudo, a autonomia de cada município para ajustar a periodicidade conforme suas condições e necessidades locais.

### Atenção!

A experiência do Territórios em Rede mostra que os comitês são efetivos quando têm institucionalidade, reuniões regulares e apoio político. Comissões informais e sem autonomia tendem a perder força rapidamente.

Foto: banco de imagens do projeto



Comitê Intersetorial em  
Canaã dos Carajás/PA, 2022

## Formação Continuada Integrada

Um dos maiores ganhos do trabalho intersetorial ocorre quando profissionais de diferentes áreas aprendem juntos. Isso amplia a compreensão sobre as realidades dos territórios e cria uma linguagem comum entre equipes.

### Boas práticas identificadas:

- Planejamento formativo responsivo: adaptar os temas às demandas reais levantadas no diagnóstico socioterritorial.
- Formações conjuntas de agentes em serviço: educadores e educadoras, agentes de saúde, assistentes sociais, conselheiros e conselheiras tutelares e lideranças comunitárias aprendendo em conjunto.
- Diversidade de metodologias: oficinas práticas, mentorias em serviço, rodas de estudo, cursos on-line e encontros presenciais.
- Participação da comunicação institucional: para divulgar mensagens-chave, engajar equipes e mobilizar a comunidade.



### Dica metodológica

Inclua nas formações temas como letramento racial, desigualdades de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, saúde mental e escuta qualificada. Crie espaços para que profissionais compartilhem experiências do dia a dia e construam soluções colaborativas, para promover uma Educação mais equitativa e inclusiva.

## Superando Barreiras à Intersetorialidade

A construção de redes intersetoriais enfrenta desafios importantes, que podem ser agrupados em quatro dimensões:

- **Colaborativa:** ausência de uma cultura de colaboração entre as secretarias e resistência a mudanças.
- **Política:** ausência de prioridade da pauta, disputas por recursos e descontinuidade de políticas.

- **Operacional:** escassez de recursos, infraestrutura precária e falta de formação técnica para o trabalho em rede.
- **Burocrática:** sistemas de informação fragmentados, ausência de dados integrados e lentidão nos fluxos entre setores.

## Estratégias para Superar os Obstáculos

Experiências bem-sucedidas em diferentes municípios mostram caminhos viáveis, como:

- **Liderança política evidente:** lideranças à frente de prefeituras e secretarias municipais comprometidas com a pauta facilitam a articulação entre setores.
- **Governança compartilhada:** comitês e núcleos intersetoriais com papéis definidos e poder de decisão.
- **Mapeamento participativo:** identificar crianças fora da escola com apoio de lideranças locais e agentes comunitários.
- **Campanhas comunitárias territorializadas:** adequação do uso de canais e eventos culturais para mobilizar famílias de acordo com a cultura local.
- **Ferramentas digitais simples:** uso de aplicativos de mensagem (como WhatsApp), planilhas colaborativas e plataformas acessíveis para acompanhamento de casos.
- **Parcerias com universidades:** para apoio técnico, produção de diagnósticos e avaliação das políticas.
- **Ações afirmativas específicas:** apoio a adolescentes grávidas e mães (espaços de acolhimento, flexibilização de calendário, acesso a creches e benefícios sociais).


A superação de desafios culturais, políticos e burocráticos é possível quando há elementos-chave alinhados:



#### Dica metodológica

Defina metas de curto prazo que gerem resultados visíveis (por exemplo, retorno imediato de crianças identificadas fora da escola). Isso aumenta a confiança entre setores e legitima o trabalho intersetorial.

Municípios e estados podem transformar valores em **políticas públicas concretas**, garantindo **Educação como Direito Humano integral** e reduzindo a exclusão escolar.



Equipe do Territórios em Rede  
em Rio Piracicaba/MG, 2025

## Equipe de Articulação Territorial – Formação como Base de Atuação

Garantir a efetividade de uma Política Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escolar requer uma equipe dedicada à articulação no território. No projeto Territórios em Rede, essa função foi desempenhada por articuladoras e articuladores territoriais, responsáveis por mediar relações entre setores, acompanhar casos complexos e alimentar os processos de gestão e monitoramento.

Diferente da formação continuada integrada que envolve toda a rede, apresentada anteriormente como estratégia para criar um denominador comum entre os setores, aqui a formação é entendida como base estruturante da própria equipe de articulação. Ela funciona simultaneamente como meio (para desenvolver competências técnicas e políticas) e como fim (para sustentar uma atuação consistente e qualificada).

### Funções Centrais da Equipe de Articulação

- Mediar a comunicação entre escolas, serviços de proteção, famílias e órgãos de justiça, reduzindo ruídos e agilizando respostas.
- Acompanhar casos complexos e apoiar a definição de planos de ação intersetoriais.



Foto: Lays Fonseca

- Alimentar os comitês gestores com informações atualizadas sobre os territórios.
- Sistematizar dados e indicadores para monitorar a evolução da exclusão escolar.
- Conectar recursos e programas já existentes, evitando sobreposições e lacunas.
- Apoiar a criação de campanhas contínuas para divulgar o programa municipal de Busca Ativa escolar, articulando as ações já existentes para mobilização em torno da agenda do enfrentamento da exclusão escolar.



#### Dica metodológica

Planeje uma supervisão semanal ou quinzenal da equipe de articulação, garantindo espaço para análise de casos, troca de experiências e apoio técnico contínuo. Essa rotina ajuda a evitar a sobrecarga, melhora a tomada de decisão e fortalece o compromisso intersetorial.

### Formação Específica das Equipes de Gestão e Articulação Territorial

- **Diagnóstico socioterritorial:** leitura crítica de dados, mapeamento de vulnerabilizações e reconhecimento de redes locais.
- **Mediação comunitária:** habilidades para dialogar com famílias, lideranças e serviços, reduzindo conflitos e preconceitos.

- **Temas-chave de proteção integral:** racismo estrutural, desigualdades de gênero, saúde mental, capacitismo, violências e políticas sociais.
- **Gestão de informações:** uso de ferramentas digitais simples para registro, acompanhamento e análise de casos.
- **Incidência política:** competências para apoiar o comitê gestor intersectorial na formulação de propostas e inclusão da pauta nos instrumentos de planejamento.
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** ações de mobilização, engajamento e divulgação do programa, utilizando linguagem simples, acessível e culturalmente adequada aos grupos vulnerabilizados, em parceria com as equipes locais de comunicação.



### Atenção ao racismo estrutural

As pessoas responsáveis pela articulação precisam estar preparadas para identificar e enfrentar práticas discriminatórias que afetam especialmente crianças negras, indígenas, quilombolas, periféricas e com deficiência. A formação deve incluir debates e estratégias práticas de enfrentamento às desigualdades raciais e de gênero no cotidiano escolar e nos serviços públicos.

### Sustentabilidade e Apoio Institucional

Para que essa equipe tenha impacto real, é essencial garantir:

- Vínculo institucional nítido (lotação em secretaria ou órgão gestor).
- Agenda de trabalho estável e condições materiais para atuação em campo.
- Recursos para formação continuada e supervisão técnica permanente.
- Apoio político de secretarias e gestoras(es), legitimando a função de articulação.

### **!** Dica metodológica

Ao estruturar a equipe, defina um número adequado de responsáveis pela articulação por território, considerando a estimativa de casos de exclusão escolar, a quantidade de escolas, extensão territorial e população atendida. Estabeleça indicadores de acompanhamento, como número de casos articulados e tempo médio de resposta para monitorar a atuação e valorizar o papel estratégico da equipe na política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

Com esses elementos, municípios e estados podem transformar valores e normas em políticas públicas concretas, que garantam Educação como direito humano e reduzam de forma consistente a exclusão escolar.

A transformação da gestão pública exige **tempo, compromisso político e mudança cultural.**

#### **Comitês estruturados**

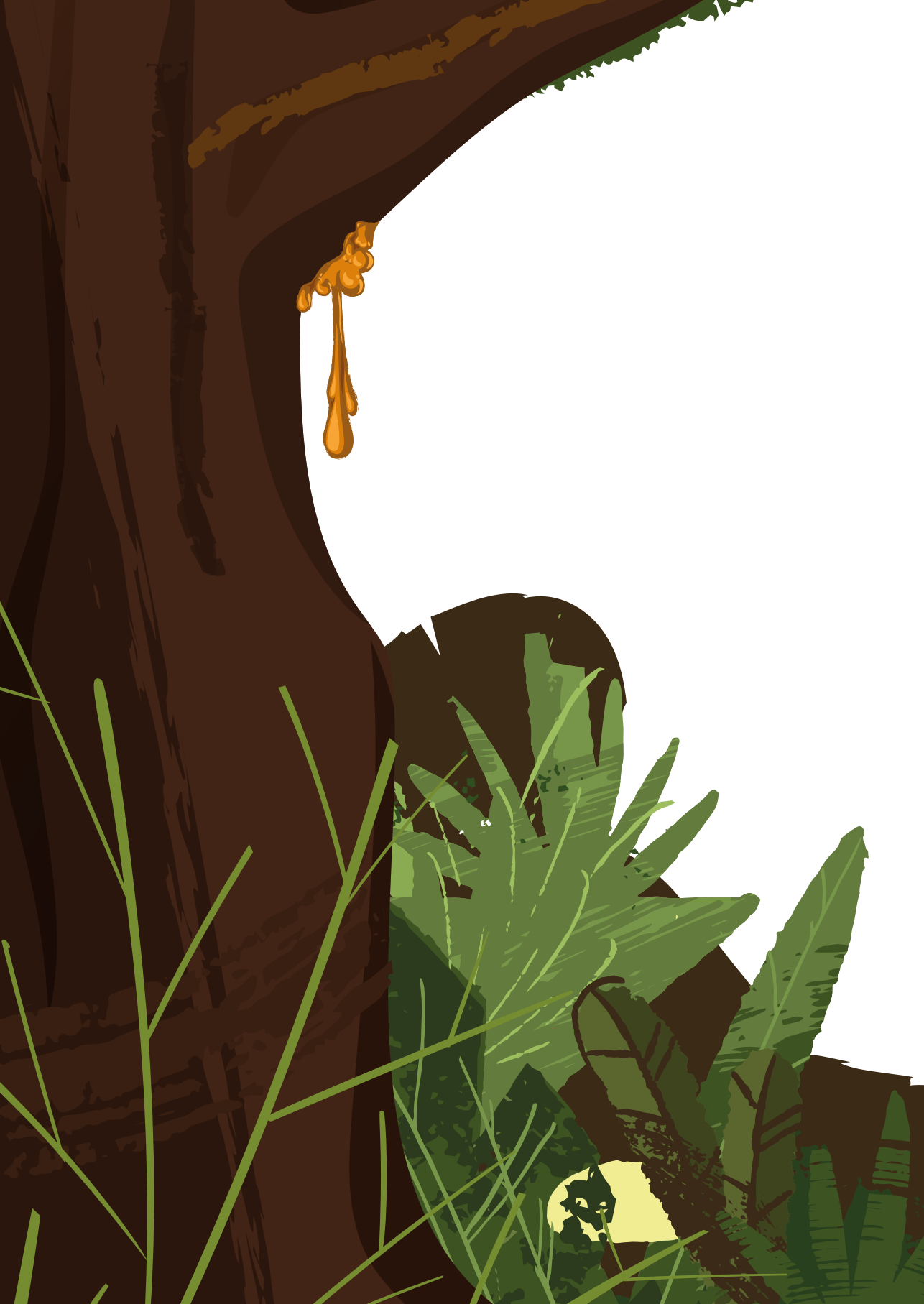
Ferramentas potentes para coordenar ações e resolver casos complexos entre diferentes setores.

#### **Protocolos objetivos**

Fluxos integrados aumentam eficiência do atendimento e garantem proteção integral.

#### **Formações conjuntas**

Fortalecem equipes e reduzem barreiras históricas entre diferentes áreas governamentais.



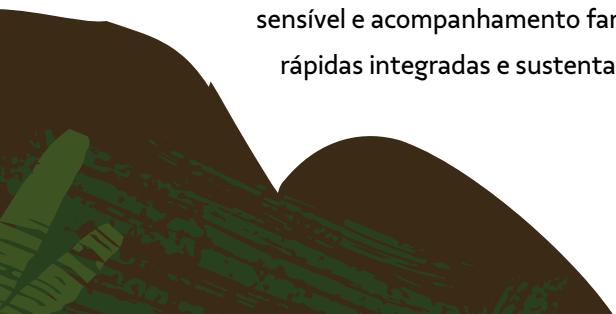
## Parte IV

# Frentes de Ação no Território para Prevenir e Enfrentar a Exclusão Escolar

Aprendemos a estruturar ecossistemas que conectam setores e políticas públicas, construindo redes intersetoriais e canais de diálogo para compartilhar responsabilidades e alinhar esforços.

Agora, chegamos à **seiva que circula pelas árvores**, o ponto em que a energia acumulada ganha movimento e se espalha pelo território, levando vida, cuidado e soluções concretas. É aqui que o planejamento e a articulação se transformam em ações práticas, capazes de chegar às famílias, fortalecer redes de proteção social e garantir que nenhuma criança ou adolescente fique para trás.

Nesta PARTE IV, apresentamos frentes de ação territoriais baseadas na experiência do projeto Territórios em Rede e de outras organizações da sociedade civil. São estratégias que combinam Busca Ativa escolar qualificada, escuta sensível e acompanhamento familiar, mobilização comunitária, respostas rápidas integradas e sustentação política e institucional.



Essas práticas mostram que, quando as árvores alcançam seu solo mais fértil elas se multiplicam, nutrindo o ecossistema com políticas públicas mais efetivas, integradas e capazes de transformar desigualdades históricas em oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

São sete frentes de ação territoriais que acontecem de maneira simultânea:

1. Busca Ativa escolar;
2. Comunicação Comunitária e Mobilização Social;
3. Encaminhamentos e Apoio Intersectorial Imediato;
4. Fortalecimento da Rede Territorial de Proteção Social;
5. Participação Estudantil;
6. Análise de Dados;
7. Incidência Política e Sustentabilidade.

## Busca Ativa escolar e Acompanhamento Familiar

A Busca Ativa escolar é um processo estruturado para identificar, compreender e enfrentar as causas da evasão e da infrequência. Não se trata de ligar para famílias perguntando por que a e/ou o estudante estão faltando. Esse é um recurso limitado, que pode gerar informações superficiais e pouco efetivas. Trata-se de fazer a floresta se mover, de estender as raízes e abrir caminhos para reencontrar crianças e adolescentes que se distanciaram do convívio escolar ou nunca estiveram nele.

Esse processo envolve um conjunto de estratégias planejadas, que combinam análise de dados, visitas domiciliares, mobilização comunitária e acompanhamento integral das famílias.

## Passo a Passo da Busca Ativa escolar

- 1. Integração e análise de dados intersetoriais** para identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de exclusão.
- 2. Visita domiciliar e escuta sensível** para compreender, junto à família, os motivos da situação. Realizar entrevistas com responsáveis e estudantes, registrar o caso no sistema de monitoramento e, quando necessário, encaminhar imediatamente para matrícula. A visita deve ser acolhedora, sem julgamentos, e acionar a rede intersetorial diante de situações de risco.
- 3. Acompanhamento familiar e monitoramento contínuo**, nos casos de infrequência, para prevenir abandono; e nos casos de rematrícula, para garantir condições de permanência junto à rede de proteção social.


### Atenção!

Identificar em qual situação do fenômeno da Exclusão Escolar (falta de acesso, infrequência, abandono ou evasão) cada criança e adolescente se encontra permite definir a estratégia adequada, como acesso à rede escolar, prevenção na infrequência, recuperação no abandono e reintegração na evasão.

## Elementos fundamentais da Busca Ativa escolar qualificada:

### ■ Integração e análise de dados

Reunir informações da Educação (sistemas de matrícula, frequência e Censo Escolar), Assistência Social (CadÚnico, CRAS/CREAS), Saúde, Conselhos Tutelares e outros serviços para localizar crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de exclusão.

\* **Sugestão:** usar fichas unificadas de registro para documentar renda, moradia, saúde, violências, deficiência e documentação. Veja um modelo em: <https://go.aprendiz.org.br/NPQ64W> .

### ■ Visitas domiciliares e escuta sensível

O contato direto é insubstituível. As visitas devem ser acolhedoras e não punitivas, valorizando a trajetória de vida da família e da criança ou adolescente.

#### \* Perguntas que podem ajudar a entender as causas:

- “O que tem dificultado a ida regular à escola?”
- “Há problemas de transporte e/ou saúde na família?”
- “A criança já sofreu discriminação ou racismo na escola?”
- “Que apoio ajudaria a manter a frequência escolar?”

### ■ Acompanhamento familiar

O trabalho não acaba com a rematrícula ou retorno. É preciso acompanhar continuamente, garantindo que barreiras sejam removidas e não surjam novas causas de afastamento.

Isso inclui orientação para a rede de proteção social e monitoramento:



#### Dica metodológica

Ciclo completo da Busca Ativa:

1. Identificar casos de risco (infrequência, abandono ou evasão).
2. Visitar famílias com escuta sensível e registro detalhado.
3. Acionar serviços da rede conforme cada necessidade.
4. Revisitar e acompanhar após 15, 30 e 60 dias.
5. Manter monitoramento até consolidar a frequência e a aprendizagem.

- no acesso a benefícios sociais e segurança alimentar;
- no atendimento em saúde mental e psicossocial;
- na garantia de transporte seguro e alimentação escolar;
- na creche e suporte para mães adolescentes;
- e no apoio pedagógico para estudantes com distorção idade-série.



### Atenção às desigualdades estruturais

Observe como racismo, sexismo, capacitismo e pobreza interferem:

- Meninas negras podem deixar a escola devido à sobrecarga doméstica e gravidez precoce.
- Meninos negros são mais vulneráveis à violência institucional e ao trabalho infantil.
- Crianças e adolescentes com deficiência enfrentam barreiras de acessibilidade e falta de apoio especializado.


### Exemplo inspirador

#### Reintegração em municípios mineiros com desafios rurais e dispersão geográfica

Nos municípios de Santa Bárbara, Catas Altas e Rio Piracicaba, localizados no Estado de Minas Gerais, o Territórios em Rede identificou, até setembro de 2025, 918 crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão. A equipe realizou mais de 6 mil visitas domiciliares e quase 2 mil contatos telefônicos para compreender as dificuldades enfrentadas pelas famílias e apoiar diretamente nos processos de matrícula e rematricula.

Em áreas rurais de difícil acesso, a parceria com Agentes Comunitários de Saúde (ACS) foi decisiva: sua presença constante nos territórios ajudou a conquistar a confiança da comunidade, garantir comunicação direta com famílias e superar barreiras geográficas.

• Graças a essa articulação local e à integração com as secretarias municipais, cerca de 800 crianças e adolescentes foram reinseridos no sistema educacional público, mesmo em regiões com longas distâncias entre casas e escolas, estradas precárias e serviços públicos fragmentados.

• Saiba mais em: <https://territoriosemrede.org.br/noticias/tr-chega-a-santa-barbara-catas-altas-e-rio-piracicaba/> 



### Histórias do território

Uma mãe relatou que, após anos sem conseguir matricular os filhos, por falta de documentação e dificuldade de transporte, recebeu apoio direto da equipe local articulada com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Essa ação integrada viabilizou matrícula imediata e garantiu transporte escolar, antes inacessível.

## Comunicação Comunitária e Mobilização Social

A Mobilização Social fortalece o Direito à Educação e aproxima famílias e serviços públicos. É especialmente eficaz quando comunicação direta e canais acessíveis são utilizados. Recomenda-se a elaboração de campanhas comunitárias territorializadas, que preveem a escolha de meios e formatos ajustados às especificidades socioculturais do território.

Ações recomendadas:

- Mapear canais de comunicação já existentes que sejam eficazes no diálogo direto com o público (rádios comunitárias, grupos de *WhatsApp*, redes sociais, igrejas, associações de moradores).
- Desenvolver campanhas simples e acessíveis sobre matrícula, permanência e Direito à Educação.
- Criar grupos, comunidades ou listas de transmissão de *WhatsApp* para orientar famílias sobre documentação, benefícios sociais, transporte e serviços de apoio.



Foto: Perikles Siqueira, 2022

- Realizar rodas de conversa e encontros comunitários para compartilhar dados e construir soluções coletivas.
- Engajar lideranças locais, agentes de saúde e movimentos sociais para ampliar o alcance.
- Formar articuladores na prática de comunicação com linguagem simples.
- Criar ferramentas de acordo com a demanda da equipe de articulação territorial para melhorar o entendimento das famílias para o acesso aos direitos.

### Exemplo inspirador

## Comunicação ágil por aplicativo de mensagem

Nos municípios acompanhados pelo Territórios em Rede, criaram-se grupos de *WhatsApp* para comunicação direta com famílias sobre documentação, matrículas, transporte e benefícios. Isso acelerou os encaminhamentos e reduziu o tempo de afastamento escolar.

### ! Dica metodológica

Comunicação de proximidade:

- Mensagens curtas, vídeos e áudios simples no *WhatsApp* são mais efetivos do que textos longos.
- Atualize frequentemente os canais com informações sobre matrículas, direitos sociais e fluxos de atendimento.
- Mantenha contato contínuo, mesmo após o retorno do estudante à escola.
- Aproveite as campanhas e eventos já existentes no município para amplificar a divulgação do programa de Busca Ativa escolar.
- Converse com os articuladores que fazem a Busca Ativa escolar constantemente para pensar em ferramentas, ações ou estratégias que possam ajudar na compreensão das famílias para o fenômeno da exclusão escolar.

## Encaminhamentos e Apoio Intersectorial Imediato

Alguns casos exigem respostas imediatas para evitar o abandono definitivo. Nesse sentido, é importante:

- Criar protocolos objetivos de resposta rápida definindo quem aciona, quem decide e quais recursos podem ser mobilizados.
- Garantir acesso emergencial a transporte, alimentação, benefícios sociais e atendimento psicossocial.
- Monitorar casos críticos e revisar fluxos para reduzir falhas.



### Dica metodológica

Use planilhas compartilhadas ou sistemas digitais simples para acompanhar casos: motivo, ações, setores envolvidos e evolução.



Atendimento de família para cadastro de crianças fora da escola em Governador Valadares/MG, 2022

**Exemplo inspirador****Atuação integrada em municípios capixabas para enfrentar a evasão**

Nos municípios de Serra e Cariacica, localizados no Estado do Espírito Santo, o Territórios em Rede trabalhou diretamente com as gestões municipais para identificar crianças e adolescentes em situação de infrequência ou evasão escolar. Foram realizadas visitas domiciliares em larga escala e acompanhamentos individualizados, articulando diferentes setores públicos (como o da Educação, Saúde e Assistência Social) e organizações comunitárias. Essa atuação integrada resultou não apenas na reinserção escolar, mas também no acompanhamento contínuo das 6.262 crianças e adolescentes, fortalecendo a rede de proteção social e reduzindo a reincidência de abandono.

Saiba mais em: [https://www.fundacaovale.org/wp-content/uploads/2024/05/relatorio\\_atividades\\_2023.pdf](https://www.fundacaovale.org/wp-content/uploads/2024/05/relatorio_atividades_2023.pdf) 

**Histórias do território**

Um grupo de irmãos que havia abandonado a escola por insegurança no trajeto foi acompanhado pela rede articulada, que garantiu transporte seguro e apoio da assistência social, possibilitando o retorno e a permanência escolar.

**Fortalecimento da Rede Territorial de Proteção Social**

- Mapear e divulgar todos os serviços (CRAS, UBS, CREAS, escolas, Conselhos Tutelares, ONGs).
- Formar continuamente profissionais sobre Direito à Educação e intersetorialidade.
- Definir fluxos objetivos de referência e contrarreferência.
- Promover encontros periódicos para integrar ações.

### Mapa da rede

Os municípios participantes do Territórios em Rede lançaram um guia de serviços sociais com a lista de equipamentos públicos disponíveis, com endereço, telefone e horário de funcionamento. Também criaram um flyer digital com QR Code para acesso rápido.

Acesse os guias de serviços do projeto no site: <https://territorioemrede.org.br/participe>

[org.br/participe](https://territorioemrede.org.br/participe) 



### Dica metodológica

Crie um guia impresso ou digital com contatos e serviços disponíveis e distribua para a rede de serviços públicos e as famílias.

### Exemplo inspirador

#### Busca Ativa escolar, comunicação comunitária e apoio à matrícula em municípios do Pará


No Estado do Pará, especialmente nos municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, Ourilândia do Norte, Bom Jesus do Tocantins, Eldorado do Carajás, Tucumã e Parauapebas, o Territórios em Rede atuou intensamente na Busca Ativa escolar. As equipes visitavam residências, escutavam famílias e dialogavam com escolas, auxiliando na obtenção de documentos e na resolução de barreiras burocráticas para matrícula.

Para ampliar o alcance das ações, foram usadas estratégias de comunicação comunitária, como:

- vídeos e cards distribuídos via *WhatsApp* para orientar famílias;
- carros de som e mobilização em pontos de grande circulação;

- mutirões organizados com escolas e órgãos públicos para agilizar matrícula e rematricula;
- divulgação do programa de Busca Ativa escolar em eventos municipais, como feiras, inaugurações, lançamentos e demais festividades.

Essa mobilização articulada garantiu no Pará que 8.132 crianças e adolescentes fossem identificados e, destes, 7.594 foram inseridos nas escolas já no início do ano letivo, prevenindo inserções tardias que geralmente comprometem o aprendizado e aumentam o risco de abandono.

Saiba mais em: <https://www.fundacaovale.org/territorios-em-rede-apoia-escolas-e-familias-na-rematricula-de-criancas-e-adolescentes/> 

### Histórias do território

Uma adolescente, de 14 anos, que havia abandonado os estudos por falta de documentos, conseguiu regularizar a situação, após receber apoio da equipe do projeto e participar de um mutirão de matrícula organizado com o apoio da secretaria municipal. Isso possibilitou seu retorno à escola no início do ano letivo.



Equipe de Canaã dos Carajás/PA em Busca Ativa escolar, 2022

## Participação Estudantil

A participação estudantil é uma estratégia poderosa de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, pois reconhece crianças e adolescentes como protagonistas na garantia do próprio Direito à Educação. Quando os estudantes são ouvidos e convidados a refletir sobre suas experiências escolares, emergem diagnósticos mais sensíveis sobre os fatores que dificultam a permanência, desde problemas de convivência e aprendizagem até barreiras sociais e emocionais.

Iniciativas como rodas de conversa, assembleias escolares, grêmios estudantis e grupos de jovens fortalecem o sentimento de pertencimento e estimulam a corresponsabilidade com a comunidade escolar. Entre as ações feitas por eles e elas, podemos mencionar exemplos de estudantes que organizaram ações de Busca Ativa entre pares, mobilizando colegas e redes de amizade para localizar e incentivar o retorno de quem havia se afastado da escola. Em outros casos, gincanas e projetos colaborativos aproximaram os jovens das equipes pedagógicas e promoveram reencontros significativos, capazes de reconstruir vínculos e transformar o ambiente escolar em um espaço mais acolhedor.

Além disso, ao integrar a escuta e a participação estudantil às práticas de gestão e acompanhamento escolar, as escolas ampliam sua capacidade de compreender as razões da exclusão e de contribuir com soluções criativas e efetivas. Mais do que uma ação pontual, essa escuta consolida uma cultura de participação e corresponsabilidade, fundamental para sustentar políticas de prevenção à exclusão e fortalecer a escola como espaço de diálogo, pertencimento e transformação social.



### Dica metodológica

Promova rodas de conversa, assembleias estudantis como instrumentos de diagnóstico participativo e estratégias de engajamento.

Garanta a escuta e participação ativa das e dos estudantes, e transforme suas contribuições em ações reais, fortalecendo vínculos, pertencimento e corresponsabilidade com a vida escolar.



Foto: João Vitor/Norte Sul Studio, 2022.

### Exemplo inspirador

## Juventudes em diálogo sobre o Direito à Educação

Em uma roda de conversa realizada com estudantes da rede pública, o Comitê Gestor Intersetorial promoveu um espaço de escuta ativa sobre exclusão escolar, permanência e convivência na escola. Com apoio da equipe técnica de Educação, o encontro reuniu adolescentes em uma discussão participativa e colaborativa, em que emergiram reflexões sobre esporte, cultura, segurança pública e o papel da escola como espaço de pertencimento e cuidado. As juventudes destacaram a necessidade de tornar a escola mais atrativa, com atividades extracurriculares, projetos culturais e ações contínuas de combate ao *bullying*. Também propuseram grêmios estudantis, grupos de escuta e reuniões com gestores escolares para fortalecer o diálogo e a corresponsabilidade. A experiência mostrou que, quando crianças e adolescentes são ouvidos, surgem soluções concretas e sensíveis para enfrentar as causas da evasão e fortalecer o direito de aprender e permanecer na escola.



## Análise de Dados: ler o território com as lentes do Censo Escolar e acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família


Como a seiva que percorre o ecossistema e revela onde há vida e onde é preciso nutrir, a análise de dados educacionais mostra o que as planilhas traduzem em histórias reais: trajetórias interrompidas, barreiras invisíveis e oportunidades de reconexão.

Do Censo Escolar da Educação Básica ao acompanhamento da condicionalidade da Educação do Programa Bolsa Família, os dados são aliados poderosos da política de prevenção e enfrentamento à exclusão escolar quando transformados em conhecimento compartilhado e ação intersetorial.

O Sistema Presença, do Programa Bolsa Família, oferece uma leitura quase em tempo real, acompanhando bimestralmente a frequência das crianças e adolescentes beneficiários.

Quando lidos em conjunto, esses instrumentos permitem identificar precocemente os sinais de risco (infrequência, atraso escolar, abandono) e agir antes que o vínculo com a escola se rompa e que o benefício sofra interrupções, agravando a situação de vulnerabilidade de toda a família. Isso vai dificultar o retorno da criança ou do adolescente para o ambiente escolar, alimentando um ciclo de privações e violações.

- **Censo Escolar:** revela tendências e padrões de abandono, reprovação e defasagem idade-série, desagregados por raça/cor, gênero, deficiência e território. Acesse o Painel Estatístico do Censo Escolar em: <https://go.aprendiz.org.br/DOA6PQ> 
- **Relatórios do Sistema Presença:** indica quem está ausente e, a partir da análise, o Comitê Gestor Intersetorial (CGI) pode verificar onde está o risco e qual rede precisa ser acionada. O Sistema Presença dispõe de informações sobre os gestores da rede do Programa Bolsa Família, além de dados de matrícula, frequência e histórico dos estudantes. Por isso, o acesso ao sistema é restrito aos Coordenadores e Auxiliares Estaduais, Coordenadores e Auxiliares Municipais, e Operadores Escolares. Acesse o Sistema pelo link: <https://presenca.mec.gov.br/seb/> 

- **CadÚnico:** ajudam a compreender o contexto socioeconômico das famílias e orientar as estratégias de proteção. Acesse o Painel Estatístico do CadÚnico em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/painel.html> 

O CGI pode ter papel estratégico na leitura e análise desses dados. Por meio dele, os dados devem ganhar vida em reuniões periódicas de análise conjunta entre Educação, Assistência Social e Saúde.

Essa leitura combinada permite:

- identificar estudantes “não localizados” ou “não localizadas” e planejar visitas domiciliares de Busca Ativa escolar em conjunto;
- acionar benefícios sociais, transporte, apoio de saúde ou segurança alimentar;
- acompanhar casos reincidentes e verificar se o apoio ofertado foi suficiente;
- fortalecer a responsabilização compartilhada e a cultura de monitoramento contínuo.

Quando articulado ao território, o acompanhamento das condicionalidades deixa de ser mera rotina burocrática. Passa a ser uma ferramenta de gestão viva, capaz de orientar decisões, distribuir responsabilidades e consolidar a política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar como compromisso de todo o município.

Transformar dados em ação é fazer com que cada número represente uma história retomada: uma criança reencontrada, uma família apoiada e um direito efetivado.



#### Dica metodológica

- Realize reuniões bimestrais do CGI para cruzar listas dos relatórios do Sistema Presença, do Censo Escolar e dos cadastros locais.
- Utilize planilhas integradas ou painéis (BI) para registrar: casos localizados, tempo de resposta, reincidência e perfil dos e das estudantes.
- Leve os resultados às escolas e conselhos municipais, fortalecendo a transparência e o controle social.

Busca Ativa escolar de porta  
em porta em Marabá/PA, 2022



### Exemplo inspirador

#### CGI e a leitura de dados

O caso de um dos municípios acompanhados pelo Territórios em Rede evidencia como a análise conjunta da condicionalidade da Educação do Programa Bolsa Família, pelo Comitê Gestor Intersetorial (CGI), pode desencadear um processo efetivo de enfrentamento da exclusão escolar. Durante o CGI municipal, a apresentação dos dados revelou uma situação crítica: o percentual de beneficiários acompanhados pela Educação estava muito abaixo das médias estadual e nacional, com 31% das crianças e adolescentes não localizados para ser informado se estão frequentes ou não. O dado mobilizou fortemente as três secretarias (Educação, Assistência Social e Saúde), que reconheceram a gravidade administrativa e pactuaram uma força-tarefa intersetorial para localizar essas crianças e adolescentes.



Foto: Breno Pompeu

• A partir do encontro, a gestão municipal iniciou o cruzamento de listas entre os sistemas da Educação, da Saúde e do Territórios em Rede, com apoio da equipe do projeto, que permitiu identificar coincidências e inconsistências, e compreender a dimensão real do problema. Essa análise integrada evidenciou a necessidade de aprimorar o fluxo de informação entre áreas e de articular o território para encontrar estudantes que, muitas vezes, migraram para municípios vizinhos.

• O caso tornou-se um exemplo de como o CGI pode transformar dados em ação, estimulando o diálogo entre secretarias, a responsabilização compartilhada e a criação de estratégias conjuntas para reduzir a evasão. O compromisso assumido pelo município de intensificar o acompanhamento demonstra que, quando o comitê atua de forma articulada e baseada em evidências, ele potencializa a efetividade das políticas de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

## Incidência Política e Sustentabilidade

- Incluir um programa, com metas e orçamento público para combate à exclusão escolar em instrumentos legais como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).
- Formalizar protocolos e comitês intersetoriais em leis ou decretos.
- Apresentar dados de Busca Ativa em audiências públicas e conselhos.
- Garantir recursos humanos e financeiros estáveis.



### Dica metodológica

Produza um dossiê simples, com dados locais, para apresentar a pessoas da gestão pública ou do legislativo municipal, mostrando números, causas e resultados iniciais.

### Exemplo inspirador

#### Institucionalização da política de enfrentamento da exclusão escolar

Municípios do Territórios em Rede que incluíram as estratégias de enfrentamento da exclusão escolar em leis municipais e formalizaram comitês conseguiram manter equipes de Busca Ativa escolar e campanhas permanentes ativas, mesmo com mudança de gestão.

Em Eldorado do Carajás (PA), a inclusão da Busca Ativa escolar na Lei Orçamentária Anual e a criação formal do Comitê Intersetorial garantiram a continuidade dessa estratégia, mesmo após a mudança de gestão municipal. Essa formalização se consolidou com a publicação do Decreto nº 25/2022, que instituiu o comitê de governança intersetorial, e pela Lei Ordinária nº 563/2024, que assegurou dotação orçamentária específica para a manutenção do programa no exercício de 2025. A Lei Orçamentária Anual (LOA 2025) prevê recursos destinados à Busca Ativa escolar, conforme registrado na página 39 do documento oficial.

Confira aqui: <https://go.aprendiz.org.br/l4ZaP8>

## Síntese Final

- ▶ Busca Ativa escolar não se restringe a telefonemas: envolve análise de dados, visitas, escuta sensível e acompanhamento familiar.
- ▶ Diferenciar falta de acesso, infrequência, abandono e evasão é essencial para agir de forma adequada e evitar perdas irreversíveis.
- ▶ Comunicação Comunitária e Mobilização Social são fundamentais para aproximar famílias e serviços públicos.
- ▶ Respostas rápidas e intersetoriais impedem que crises se transformem em evasão em definitivo.
- ▶ Equipes de articulação territorial são vitais para conectar setores e transformar diagnósticos em políticas concretas.
- ▶ Sustentabilidade política e financeira garante continuidade e escala das ações.



Parte V

# Monitoramento, Avaliação e Evidências para Transformar e Sustentar Políticas de Prevenção da Exclusão Escolar

Depois de compreender o solo fértil onde a Educação precisa crescer, mergulhar nas raízes do território para conhecer condições e desafios e fortalecer ecossistemas que conectam setores e redes de proteção nutridos também pela seiva que circula, chega o momento de cuidar para que cada árvore da floresta continue viva, produza frutos e gere novas sementes.

O monitoramento e a avaliação cuidam dessas árvores para que elas permaneçam saudáveis ao longo do tempo, garantindo que os resultados não se percam e que novas iniciativas possam florescer. Ao acompanhar cada caso e cada ação coletiva, é possível aprender com a experiência, fortalecer a rede local de proteção e defesa de direitos, e ajudar o poder público municipal e estadual a planejar de forma qualificada e sustentável.

Bem estruturados, os processos de monitoramento e avaliação transformam informações em conhecimento, conhecimento em ação e ação em políticas públicas duradouras, que geram frutos concretos para as crianças e adolescentes hoje, e semeiam novas práticas e ciclos de transformação para o futuro.

Também inspirados no projeto Territórios em Rede, reunimos orientações práticas para:

- Acompanhar sistematicamente os casos identificados de infrequência e risco de evasão.
- Monitorar metas, indicadores e resultados das diversas frentes de atuação do projeto.
- Avaliar impactos sobre equidade, permanência e aprendizagem.
- Sistematizar experiências e produzir evidências qualificadas para incidência política e planejamento local.
- Consolidar legado institucional, fortalecendo a capacidade do poder público e das redes de proteção social no enfrentamento da exclusão escolar.


## Monitoramento Contínuo dos Casos e da Rede de Proteção

Cada criança ou adolescente identificado (em situação de falta de acesso, infrequência, abandono ou evasão escolar) deve ter um plano individualizado de acompanhamento, construído de forma intersetorial e centrada na garantia de direitos. Esse plano deve registrar, de forma sistemática:

- **Encaminhamentos realizados:** apoio psicossocial, transporte escolar, regularização da documentação, acesso a benefícios sociais, serviços de saúde, cultura e esportes.
- **Atendimentos efetivos:** visitas domiciliares, reuniões com famílias, articulação com escolas, inclusão em programas sociais e serviços públicos.
- **Resultados alcançados:** retorno à escola, frequência regular, evolução na aprendizagem e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Esses registros, quando consolidados, permitem enxergar padrões territoriais de vulnerabilização, lacunas nos serviços e áreas onde é preciso inovar, além de orientar decisões para o aprimoramento das estratégias locais de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

#### ! Dica metodológica

Padronize uma ficha única de acompanhamento intersetorial (digital ou impressa) que reúna dados sociofamiliares, histórico escolar, encaminhamentos e resultados. Isso evita retrabalho, favorece a comunicação entre setores e permite análises agregadas. Modelo de ficha disponível no link: <https://go.aprendiz.org.br/oxjZLx> 

Acompanhamento familiar em Ourilândia do Norte/PA, 2022



Foto: Bruno Pompeu

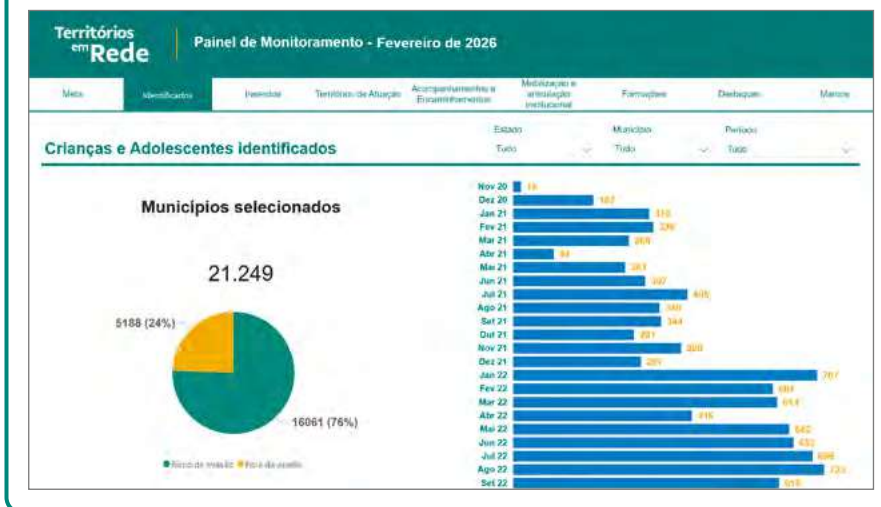
## Monitoramento de Metas e Resultados da Iniciativa

Além do acompanhamento caso a caso, é fundamental monitorar as metas e resultados da iniciativa em diferentes frentes de atuação. Esse monitoramento permite compreender o alcance, a efetividade e a sustentabilidade das ações, orientando decisões e ajustes contínuos. As principais dimensões a serem acompanhadas incluem:

- **Busca Ativa escolar:** número de crianças e adolescentes localizadas, tempo médio entre identificação e retorno à escola; taxa de permanência após 6 e 12 meses.
- **Atuação Intersetorial:** quantidade de casos acompanhados conjuntamente por Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça; resolutividade dos casos e periodicidade das reuniões intersetoriais.
- **Comunicação Comunitária e Mobilização Social:** famílias alcançadas por campanhas, rodas de conversa e canais de comunicação.
- **Fortalecimento da Rede Territorial de Proteção Social:** número de servidores capacitados; mudanças percebidas nas práticas institucionais e nos fluxos de atendimento.
- **Participação Estudantil:** número de estudantes envolvidos em ações de escuta, rodas de conversa e projetos de protagonismo; percepções de pertencimento e corresponsabilidade; iniciativas lideradas por estudantes voltadas à prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.
- **Incidência Política e Sustentabilidade:** protocolos criados; atos normativos aprovados; programa e orçamento incorporados no PPA/LDO/LOA, garantindo continuidade institucional.

### ! Dica metodológica

Desenvolva um painel de indicadores (*dashboard*) que reúna dados atualizados periodicamente, com informações de frequência escolar, atendimento interseccional e metas do projeto. Ferramentas como *Power BI*, *Google Data Studio* ou planilhas avançadas integradas podem ser suficientes para garantir transparência, facilitar análises e fortalecer a cultura de dados nas redes locais.




### Exemplo inspirador

#### Espírito Santo: articulação estadual e expansão da Busca Ativa Escolar do Unicef<sup>29</sup>

Entre 2021 e 2024, todos os 78 municípios do Espírito Santo aderiram à estratégia Busca Ativa Escolar (BAE), consolidando um compromisso conjunto no enfrentamento da evasão escolar. Somente em 2024, 4.090 crianças e adolescentes retornaram à escola, um aumento de mais de 300% em relação a 2023 (956 rematrículas). O avanço foi resultado da integração entre as secretarias municipais de Educação, Assistência Social e Saúde, com apoio da Secretaria Estadual de Educação, que, por meio do regime de

<sup>29</sup> Unicef Brasil. **Municípios do Espírito Santo renovam compromisso para enfrentamento da evasão escolar.** 07 abr. 2025. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/municipios-do-espirito-santo-renovam-compromisso-para-enfrentamento-da-evasao-escolar>. Acesso em: 25 out. 2025.

colaboração, fortaleceu a implementação da estratégia em todo o território capixaba. Saiba mais em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/municipios-do-espírito-santo-renovam-compromisso-para-enfrentamento-da-evasão-escolar> 

### Exemplo inspirador

#### Rio de Janeiro: tecnologia e gestão integrada pela permanência escolar<sup>30</sup>

A Prefeitura do Rio de Janeiro vem alcançando resultados expressivos no enfrentamento da evasão escolar por meio da integração entre o programa Bora pra Escola e o aplicativo DiáRio, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação (SME-Rio) em parceria com o IplanRio, no âmbito do Projeto Frequência. Criado em 2022, o Bora pra Escola articula Educação, Saúde, Assistência Social e Juventude para localizar e reintegrar alunos fora da escola ou em risco de evasão. Já o DiáRio permite o registro digital e em tempo real da frequência de estudantes em mais de 1.500 escolas municipais, acionando as equipes de Busca Ativa assim que faltas recorrentes são identificadas. Essa combinação de tecnologia e articulação intersetorial tem reduzido drasticamente o abandono escolar: em 2023, a rede municipal registrou a menor taxa de abandono da história (0,3%). Em 2025, o aplicativo foi expandido com o módulo “Trilhas de Recomposição da Aprendizagem”, que integra dados pedagógicos e de permanência, consolidando-se como política pública contínua e parte estruturante da rede de proteção à infância e juventude.

**30** PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Bora pra Escola**. Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/bora-pra-escola/>. Rio de Janeiro: PCRJ. Acesso em: 25 out. 2025; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Secretaria lança aplicativo para rastrear alunos faltosos e evitar a evasão escolar**. Rio de Janeiro: SME-RJ, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/noticias/secretaria-lanca-aplicativo-para-rastrear-alunos-faltosos-e-evitar-a-evasao-escolar/>. Acesso em: 25 out. 2025; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Prefeitura do Rio lança o Projeto Trilhas de Recomposição da Aprendizagem**. Rio de Janeiro: SME-RJ, 25 maio 2025. Disponível em: <https://educacao.prefeitura.rio/noticias/prefeitura-do-rio-lanca-o-projeto-trilhas-de-recomposicao-da-aprendizagem/>. Acesso em: 25 out. 2025.

### **Atenção às desigualdades estruturais**

Sempre analise dados desagregados por raça/cor, gênero, deficiência, território e situação socioeconômica. Isso revela grupos invisibilizados e orienta políticas de equidade.

### **Avaliação qualitativa e aprendizagem coletiva**

Monitorar não é só contar números, mas também é compreender processos e impactos. Perguntas importantes para guiar a avaliação:

- Estamos alcançando crianças e adolescentes em maior situação de vulnerabilização social?
- As famílias se sentem acolhidas, ouvidas e respeitadas?
- Houve melhora na qualidade da permanência e na aprendizagem?
- A rede intersetorial está mais integrada e resolutiva?

### **Dica metodológica**

Combine indicadores quantitativos (retorno, permanência, frequência, reincidência) com indicadores qualitativos (percepção de famílias e crianças, mudanças na cultura escolar, fortalecimento da rede). Utilize rodas de conversa, entrevistas breves e registros reflexivos das equipes.

## **Sistematização do Legado e Fortalecimento do Poder Local**

A experiência adquirida deve se transformar em patrimônio institucional que fortaleça a rede de proteção e o poder público local, garantindo continuidade e sustentabilidade das ações mesmo em mudanças de governo.

Assim como uma floresta carrega em seu solo a memória das estações anteriores e fixa-se sobre ele com raízes sólidas, transformar práticas em políticas é o que garante continuidade e sustentabilidade das ações, mesmo diante das mudanças de governo.

Transformar práticas em políticas requer registrar, institucionalizar e dar visibilidade ao que foi construído coletivamente. É o modo de cuidar das sementes e das raízes que permitirão o fortalecimento das sementes já plantadas e o florescimento de novas iniciativas. Assim, algumas estratégias fundamentais incluem:

- **Documentar metodologias e protocolos:** registrar o passo a passo da Busca Ativa escolar, fluxos intersetoriais e estratégias de acompanhamento familiar e procedimentos de articulação entre secretarias.
- **Produzir relatórios e notas técnicas:** sistematizar resultados e aprendizagens e apresentá-los a secretarias municipais, conselhos municipais (CMDCA, Educação, Assistência) e câmaras de vereadores, fortalecendo a governança local.
- **Inserir evidências nos instrumentos oficiais:** atualizar o Plano Municipal de Educação (PME), alimentar o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com programas, metas e orçamento voltados à prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.
- **Formalizar comitês e fluxos intersetoriais:** transformar instâncias e práticas colaborativas em políticas permanentes, por meio de leis, decretos ou portarias municipais.
- **Valorizar e dar visibilidade a boas práticas:** divulgar experiências locais em seminários, redes de gestores, fóruns estaduais e nacionais, e em plataformas colaborativas, fortalecendo o protagonismo dos municípios.



#### Dica metodológica

Mantenha um repositório digital organizado (como uma pasta compartilhada ou uma plataforma municipal) com diagnósticos, painéis, protocolos, materiais de mobilização e relatórios de impacto. Essa memória institucional reduz rupturas e dá agilidade às equipes em novas gestões e fortalece a continuidade das políticas públicas.



Conheça aqui a plataforma do Territórios em Rede: <https://territoriosemrede.org.br/>



Foto: João Vitor/Norte Sul Studio

### Exemplo inspirador

## Protocolo municipal de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar

No município de Santa Bárbara em Minas Gerais, participante do Territórios em Rede, o processo de Busca Ativa escolar, inicialmente conduzido como projeto da Secretária de Educação, foi gradualmente incorporado à estrutura permanente da gestão pública, de forma intersetorial via a institucionalização da criação de um Comitê Gestor por meio de um decreto municipal. O Comitê Intersetorial, criado de forma experimental durante o projeto, foi formalizado como instância permanente de governança, com representação das secretarias de Educação, Assistência Social, Saúde e Conselho Tutelar. A experiência acumulada nas formações, reuniões de comitês e acompanhamento das famílias contribuiu na elaboração de um protocolo municipal de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar. Além disso, em 2025 o município incluiu no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) uma dotação específica para ações de Busca Ativa escolar, garantindo recursos e equipe técnica após o encerramento da fase de implementação.

### Para potencializar o monitoramento, podem ser utilizadas as seguintes ferramentas e recursos:

- sistemas integrados de frequência escolar entre redes municipal e estadual;
- painéis interativos com alertas de infrequência e abandono;
- mapas digitais para identificar áreas críticas;
- formulários eletrônicos compar-tilhados entre setores;
- acervos digitais com guias, protocolos e materiais de apoio às equipes locais.



#### Dica metodológica

Aproveite sistemas e plataformas já existentes no município ou estado, integrando-os em vez de criar novas ferramentas paralelas que possam se perder com o tempo. Isso otimiza recursos, reduz o risco de descontinuidade e fortalece a gestão pública orientada por evidências.

### Sugestões práticas para equipes municipais

- Criar e manter uma ficha única ou sistema digital para acompanhamento individual.
- Definir metas mensuráveis e indicadores objetivos de retorno, permanência e aprendizagem, e acompanhar indicadores educacionais oficiais.
- Produzir relatórios periódicos com análises quantitativas e qualitativas.
- Realizar reuniões intersetoriais regulares para análise e revisão de casos e resultados globais.
- Sistematizar e divulgar boas práticas em eventos e fóruns.
- Alimentar dados e resultados nos instrumentos de planejamento, orçamento e legislações municipais.
- Utilizar evidências para incidir politicamente e garantir sustentabilidade financeira e institucional da política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

## Síntese

- ▶ Monitorar e avaliar é cuidar, aprender e transformar coletivamente.
- ▶ Quando bem planejado e conectado às redes locais, o processo:
  - impede que casos se percam na burocracia;
  - garante respostas rápidas e integradas;
  - dá visibilidade às desigualdades estruturais, sustentando políticas de equidade e justiça social;
  - fortalece a rede local de proteção e defesa de direitos;
  - gera evidências sólidas para incidência política e inclusão de metas e orçamento nos instrumentos de gestão pública;
  - constrói um legado institucional capaz de resistir a mudanças de governo e manter viva a política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

Assim, o monitoramento e a avaliação deixam de ser tarefas administrativas para se tornarem motor de inovação e sustentabilidade de políticas públicas que assegurem, de forma contínua, o Direito à Educação a cada criança e adolescente.



Foto: João Vitor/Norte Sul Studio

## Evidências e Resultados Concretos: do diagnóstico ao impacto nos territórios

A construção de políticas de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar só se sustenta quando transforma diagnósticos em ações efetivas e monitoradas. O acompanhamento sistemático, a avaliação contínua e a produção de evidências, como apresentado nesta Parte V, são fundamentais para entender o que funciona, corrigir falhas e consolidar estratégias intersetoriais de longo prazo.

As experiências do projeto Territórios em Rede demonstram como essa lógica se materializou em contextos diversos do país, inclusive em municípios com realidades desafiadoras, como áreas rurais dispersas, territórios com altos índices de vulnerabilizações sociais e regiões com infraestrutura limitada.

### Lições que fortalecem políticas públicas

As práticas e exemplos mencionados nesta sistematização evidenciam que o Territórios em Rede desempenhou diversas estratégias em prol do Direito à Educação, conectando famílias, escolas, poder público e organizações sociais.

O resultado foi a inserção de milhares de crianças e adolescentes ao sistema educacional, com impactos concretos em territórios urbanos e rurais, inclusive em áreas marcadas por alta vulnerabilização social e dificuldades logísticas.

Ao longo de cinco anos de atuação, o projeto alcançou 19 municípios, identificando 21.159 crianças e adolescentes, até setembro de 2025, fora da escola. Dessas, 19.512 foram inseridas na rede de ensino, retomando suas trajetórias de aprendizagem e convivência, com o apoio das redes de proteção social e da ação intersetorial entre Educação, Assistência Social e Saúde.


Os depoimentos e relatos de familiares, estudantes e educadores evidenciam o impacto da Busca Ativa escolar e do acompanhamento contínuo, mostrando como a ação coordenada entre setores pode mudar trajetórias, fortalecer vínculos comunitários e garantir o Direito à Educação de forma efetiva e sustentável.

Que este material possa ser como semente e fruto ao mesmo tempo – guardando em si as aprendizagens cultivadas ao longo dessa caminhada e espalhando novas possibilidades de ação nos territórios.

Assim como em uma floresta que se renova a cada estação, esperamos que as práticas aqui reunidas gerem novos brotos de políticas públicas, fortaleçam redes de proteção social e inspirem gestoras e gestores, educadoras e educadores e comunidades a nutrir continuamente o Direito à Educação no país.

Cada passo dado, cada vínculo criado e cada política consolidada tornam a floresta mais diversa, mais justa e mais viva; um legado que segue frutificando no tempo, em nome do direito de aprender e se desenvolver integralmente.

### Conheça histórias reais de transformação

Acesse os vídeos do Territórios em Rede no *YouTube*, escaneando o *QR Code* abaixo, e saiba mais sobre o projeto no site: <https://territoriosemrede.org.br/> 





# Anexos

## Anexo 1 – Checklist para Diagnóstico da Proteção Social e Educacional e Prevenção da Exclusão Escolar no Município

**Objetivo:** Apoiar os municípios na identificação de avanços, lacunas e oportunidades de aprimoramento das ações intersetoriais voltadas à prevenção e ao enfrentamento da exclusão escolar. Por meio do mapeamento de normativas, instrumentos de gestão, mecanismos de monitoramento e práticas de participação social e estudantil, o instrumento busca fortalecer a proteção social e educacional, promovendo uma resposta integrada e efetiva para garantir o Direito à Educação de todas as crianças e adolescentes.

### 1. Normativas Locais sobre Direitos de Crianças e Adolescentes

- O município possui leis municipais específicas sobre os direitos da criança e do adolescente?
- Existem decretos, portarias ou resoluções municipais que tratam da articulação entre Educação, Saúde, Assistência Social e Justiça na Proteção da Infância?
- Há normas locais que regulamentam o enfrentamento da exclusão escolar?

### 2. Instrumentos de Planejamento e Gestão

- O município possui um Plano Municipal de Educação (PME) atualizado?
- O PME contempla metas específicas para o enfrentamento da exclusão escolar?
- Existe um Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo (PMASE) ou outro plano intersetorial voltado à infância?

[ ] O município possui um Protocolo Intersetorial de Atendimento para casos de violação de direitos e exclusão escolar?

[ ] O Plano Plurianual (PPA) municipal conta com um programa que abrange atividades de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar?

### **3. Atuação dos Conselhos Municipais**

[ ] O CMDCA já deliberou sobre políticas de enfrentamento da exclusão escolar?

[ ] O Conselho Municipal de Educação possui orientações normativas sobre infrequência e evasão escolar?

[ ] Outros conselhos setoriais (Saúde, Assistência Social etc.) debatem a pauta da exclusão escolar?

### **4. Fluxos de Atendimento e Articulação Intersetorial**

[ ] O município possui fluxos ou protocolos formais para encaminhamento de casos de infrequência e/ou evasão escolar?

[ ] Esses fluxos envolvem Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça e outras áreas?

[ ] Existe algum fórum, GT ou comissão intersetorial permanente para acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilização educacional?

### **5. Participação em Programas Federais ou Estaduais**

[ ] O município aderiu à Busca Ativa Escolar do Unicef?

[ ] O município participa do Selo Unicef?

[ ] O município participa do Programa Criança Feliz?

[ ] O município participa do Programa Saúde na Escola (PSE)?

[ ] O município participa de outros programas que exigem articulação intersetorial? Quais?

## 6. Normas Locais sobre o Papel do Conselho Tutelar

[ ] O município possui normativa local que define o papel do Conselho Tutelar em casos de evasão escolar?

[ ] Há fluxos oficiais de comunicação entre as escolas e o Conselho Tutelar?

## 7. Comunicação Comunitária e Mobilização Social

[ ] O município possui canais de comunicação acessíveis (telefone, *WhatsApp* ou formulário eletrônico) para receber demandas, dúvidas ou denúncias relacionadas a crianças e adolescentes em risco de evasão escolar?

[ ] Há previsão de produção e ampla divulgação de materiais informativos (como cartazes, faixas, peças digitais e campanhas de mobilização) com mensagens e contatos oficiais para prevenir e enfrentar a exclusão escolar?

[ ] Estão previstas ações formativas voltadas à rede intersetorial (Educação, Assistência Social, Saúde, Conselho Tutelar, entre outros) para fortalecer o conhecimento sobre o programa e ampliar sua divulgação junto à comunidade?

## 8. Participação Estudantil

[ ] O município promove espaços de escuta e diálogo com estudantes sobre temas relacionados à permanência e à qualidade da Educação (como rodas de conversa, assembleias ou conselhos estudantis)?

[ ] Há iniciativas que incentivam a participação dos estudantes em ações de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, como projetos de Busca Ativa entre pares, gincanas ou campanhas de mobilização?

[ ] As escolas desenvolvem estratégias sistemáticas para fortalecer o protagonismo estudantil e o sentimento de pertencimento, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direito e corresponsáveis pela comunidade escolar?

[ ] O município oferece formações ou materiais de apoio para educadores e gestores sobre metodologias participativas com estudantes?

### 9. Monitoramento, Avaliação e Indicadores

- [ ] O município possui sistemas ou ferramentas de monitoramento da exclusão escolar?
- [ ] Existem indicadores locais sobre acesso, permanência e aprendizagem?
- [ ] Há instâncias intersetoriais de acompanhamento dos dados educacionais?
- [ ] O município possui um sistema integrado de monitoramento da frequência escolar, que consolide informações das redes municipal de ensino?
- [ ] O município realiza o acompanhamento das condicionalidades educacionais do Programa Bolsa Família, utilizando os dados disponibilizados bimestralmente pelo Sistema Presença (MEC)?
- [ ] Os dados do Censo Escolar são utilizados para subsidiar o diagnóstico e o planejamento de políticas de enfrentamento à exclusão escolar?

### 10. Incidência Política e Compromisso Institucional

- [ ] A exclusão escolar está incluída como prioridade nas metas do governo municipal, por exemplo, no Plano Plurianual (PPA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)?
- [ ] Há previsão orçamentária para ações de enfrentamento da exclusão escolar na Lei Orçamentária Anual (LOA)?
- [ ] Existem espaços formais de diálogo político e pactuação intersetorial entre as diferentes secretarias e conselhos municipais?

## Anexo 2 – Roteiro para Mapeamento da Rede de Serviços e Proteção Social de Crianças e Adolescentes

**Objetivo:** Apoiar municípios e equipes técnicas na identificação, articulação e integração dos equipamentos, serviços e atores que podem atuar de forma preventiva e coordenada, para garantir o Direito à Educação e enfrentar a exclusão escolar.

### 1. Definição do Território de Referência

Antes de iniciar o mapeamento, defina qual é o território que será considerado: o município como um todo ou recortes específicos, como bairros, distritos, zonas rurais ou áreas de maior vulnerabilidade. Essa definição orienta o levantamento, a leitura dos dados e a posterior análise territorial.

### 2. Levantamento Inicial – O que tem no território?

- Identifique e registre todos os equipamentos públicos e comunitários que atuam com crianças e adolescentes:
  - Escolas públicas e privadas (Educação Infantil, Fundamental, Médio e EJA). Lembre-se de identificar as escolas que oferecem ensino em tempo integral;
  - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e outros serviços especializados de proteção social;
  - Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) Infantojuvenil e outros serviços de saúde mental;
  - Unidades de Saúde da Família (USFs), Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e hospitais;

- Conselhos Tutelares e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);
- Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);
- Programas de transferência de renda (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada etc.);
- Organizações da Sociedade Civil (OSCs), associações comunitárias e coletivos locais;
- Equipamentos culturais e esportivos, como bibliotecas, centros culturais, teatros, cinemas, quadras, ginásios e centros esportivos.



#### Dica metodológica

Classifique por tipo de serviço, localização (bairro/região) e abrangência. Isso facilita visualizar onde há concentração de apoio e onde existem vazios de proteção e de ofertas de equipamentos e serviços.

### 3. Mapeamento de Fluxos e Responsabilidades

- Levante normativas locais e protocolos intersetoriais existentes;
- Identifique fluxos de encaminhamento entre serviços (ex.: escola → CRAS → Conselho Tutelar);
- Registre as responsabilidades de cada órgão na prevenção da exclusão escolar e na proteção de direitos.



#### Atenção às desigualdades

Analise se os fluxos existentes garantem prioridade para crianças e adolescentes em maior situação de vulnerabilização (ex.: populações negras, quilombolas, indígenas, com deficiência ou em territórios periféricos).

## 4. Construção de uma Matriz de Articulação

### ■ Monte uma tabela/matriz relacionando:

- equipamentos e serviços existentes;
- funções na prevenção e no enfrentamento da exclusão escolar;
- como se comunicam entre si;
- gargalos e ausências identificadas.

#### Exemplo prático

Uma linha da matriz pode indicar que a escola identifica infrequência, aciona o CRAS, que faz a visita domiciliar e, em casos graves, envolve o Conselho Tutelar.

## 5. Diagnóstico Participativo com os Atores da Rede

- Realize reuniões intersetoriais para discutir o mapeamento preliminar.
- Valide o levantamento com profissionais de diferentes áreas.
- Escute sociedade civil, famílias e adolescentes sobre acessibilidade e acolhimento dos serviços.



#### Dica metodológica

Use rodas de conversa, grupos focais ou oficinas participativas para garantir que a voz das famílias e dos estudantes esteja presente no diagnóstico. Essas metodologias favorecem a escuta ativa e o protagonismo social.

## 6. Produção de um Mapa Visual e Territorializado

- Elabore um mapa físico ou digital com a localização dos equipamentos e identificação dos serviços oferecidos.

- Destaque regiões com alta vulnerabilização e baixa cobertura dos serviços.
- Use ferramentas como *Google Maps*, QGIS ou cartografias comunitárias.

#### Exemplo prático

Em municípios com áreas rurais extensas, pode ser útil identificar trajetos de transporte escolar e comunidades sem cobertura de Saúde ou Assistência Social.

## 7. Pactuação de Ações e Fluxos Integrados

- A partir do mapeamento, articule compromissos entre os atores para:
  - melhorar os fluxos de comunicação;
  - compartilhar dados com responsabilidade;
  - definir estratégias conjuntas de prevenção;
  - estabelecer metas de acompanhamento e resultados.

### Atenção à sustentabilidade

Sempre vincule os acordos a atos normativos e instrumentos de planejamento municipal, como o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Essa vinculação garante previsão orçamentária, continuidade das ações e reduz o risco de descontinuidade da política quando houver mudanças de gestão.

### Ferramentas sugeridas

- **Planilha de serviços por território:** para registrar equipamentos públicos, os serviços que oferecem, os responsáveis e contatos atualizados de cada serviço.
- **Checklist de fluxos e encaminhamentos:** para orientar as equipes sobre etapas, responsabilidades e prazos no atendimento intersetorial.
- **Questionário para entrevistas com técnicos:** para levantar percepções sobre desafios, boas práticas e pontos de melhoria nos fluxos.
- **Modelos de mapas de vulnerabilização:** organizados por bairro, distrito ou região administrativa, permitindo identificar áreas prioritárias para a ação intersetorial e o planejamento territorial.

## Anexo 3 – Checklist para Implementar a Busca Ativa e Escuta Sensível

**Objetivo:** Orientar equipes intersetoriais na execução da Busca Ativa escolar como parte estruturante da política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, garantindo que cada caso de infrequência, abandono ou evasão seja acompanhado de forma presencial, qualificada e articulada.

**Ideia-chave:** Busca Ativa escolar não é apenas ligar para famílias. É um conjunto de estratégias presenciais e intersetoriais, com visitas domiciliares como prioridade, escuta qualificada, apoio concreto e monitoramento.

### 1. Preparação (antes de ir a campo)

- Comitê Intersetorial ativado com representantes das secretarias de Educação, Assistência Social/CRAS–CREAS, Saúde/UBS, Conselho Tutelar, OSCs.
- Protocolo único de Busca Ativa escolar aprovado (definindo fluxos, prazos, responsáveis, retorno de informação).
- Base inicial de casos gerada por múltiplas fontes: escolas (infrequência), CadÚnico/CRAS, Saúde/ACS, denúncias, plataforma da Busca Ativa Escolar/Unicef (se houver), monitoramento da condicionalidade de frequência do Programa Bolsa Família.
- Triagem e priorização de casos por critérios de vulnerabilização (idade de transição escolar, reincidência, violência, deficiência, gravidez, trabalho infantil, distância/risco territorial).
- Equipe de campo designada: articuladoras(es) locais e agentes comunitárias(os) de saúde/educadoras(es) sociais com crachá, carta de apresentação e roteiro de abordagem.

- Kit de instrumentos: Ficha Única de Acompanhamento; Mapa de Acompanhamento Familiar (versão acessível); termo de ciência/uso responsável de dados; guia de serviços; *flyers* com o telefone de contato; cartão de visitas (se tiver); e contatos úteis.
- Acordos de proteção de dados (LGPD): regras objetivas de armazenamento seguro, perfis de acesso, e guarda de documentos.
- Agenda de supervisão semanal e reuniões quinzenais de casos definidas.

## 2. Busca Ativa escolar em Campo (priorize a presença)

- Visita domiciliar como primeira opção: contato respeitoso, identificação institucional, explicação do objetivo, escuta sem julgamento.
- Observação contextual: identificar barreiras de acesso (transporte, segurança, trabalho infantil, cuidado com irmãos, saúde etc.).
- Entrevista breve com responsáveis e, quando possível, com a(o) estudante para compreender causas, risco, desejo, motivos da infrequência/abandono.
- Registro completo na Ficha Única, incluindo múltiplas causas.
- Canais complementares quando o endereço é impreciso/difícil: ligação ou *WhatsApp* apenas quando o endereço for impreciso. Nunca substituem a visita.
- Rastreamento comunitário com parceiros locais (CRAS/CREAS, ACS, liderança comunitária) quando não houver registro escolar.
- Atenção imediata a sinais de violência, sofrimento psíquico, abuso/exploração (acionar fluxo de proteção).



### Cuidados a se tomar

Não faça exposição pública de famílias, abordagens acusatórias ou cobranças sem oferecer apoio concreto.

### 3. Escuta Qualificada e Acompanhamento Familiar

Utilize o Mapa de Acompanhamento Familiar como instrumento para registrar e monitorar as ações de cada caso, definindo tarefas, prazos e responsáveis.

Os principais eixos de acompanhamento incluem:

- **Documentação:** emissão de certidão de nascimento, CPF, histórico escolar e outros documentos essenciais para matrícula escolar.
- **Matrícula/rematrícula:** vaga, turno e unidade escolar adequada.
- **Transporte escolar:** inclusão em rota, definição de ponto seguro e autorização formal.
- **Saúde:** atendimentos e acompanhamentos necessários, incluindo atenção primária, saúde mental, atendimento a pessoas com deficiência (PcD) e pré-natal de adolescentes.
- **Proteção Social:** atualização do CadÚnico, acesso a benefícios, inclusão em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e programas de segurança alimentar.
- **Rotina familiar:** organização de horários, cuidados com irmãos e suporte às dinâmicas domésticas que impactam a permanência escolar.



#### Dica metodológica

Os materiais devem ter versões acessíveis, com linguagem simples e visual, e adaptações para baixo letramento, Transtorno de Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual e dislexia, garantindo o direito à informação e à participação. Defina pontos de contato (telefone, *WhatsApp* institucional) antes de começar o trabalho de campo, e uma agenda de retornos periódicos, para acompanhar o cumprimento das ações e fortalecer a relação de confiança com a família. Registre sempre os consentimentos, acordos e encaminhamentos combinados, garantindo transparência, ética e respeito à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

## 4. Encaminhamentos e Apoio Concreto (remover barreiras)

As principais frentes de encaminhamento incluem:

- **Educação:** garantia de vaga/matrícula, acolhimento na escola, reforço/contraturno escolar, professor de apoio, e adaptação curricular quando necessário.
- **Transporte Escolar:** inclusão do estudante em rotas existentes, ou ajuste no ponto e horário, ou criação de alternativa segura em áreas de difícil acesso ou risco.
- **Saúde:** encaminhamentos à atenção primária, atendimento de saúde mental, reabilitação, acompanhamento de gestantes adolescentes (pré-natal), e imunização.
- **Assistência Social:** atualização do CadÚnico, acesso a benefícios socioassistenciais, inclusão em SCFV, proteção a violações, e abrigamento (se necessário).
- **Proteção:** comunicação imediata ao Conselho Tutelar/CREAS em casos de violência, negligência ou abuso, acionando a rede de direitos.
- **Trabalho Infantil:** notificação, retirada imediata e inclusão em proteção social e retorno escolar.
- **Adolescentes mães/pais:** acesso à creche, flexibilização de calendário escolar, apoio psicossocial, e políticas de permanência estudantil.
- **Comunicação:** envio de materiais informativos (*cards/vídeos*) e uso responsável de *WhatsApp* comunitário priorizando informação e acolhimento, nunca substituindo a escuta presencial.



### Dica metodológica

Garanta que cada encaminhamento esteja integrado ao plano de acompanhamento familiar e tenha retorno registrado na Ficha Única.

O acompanhamento deve ser contínuo e cooperativo, não punitivo: escutar, apoiar e monitorar são dimensões inseparáveis do cuidado e da efetivação do Direito à Educação.

## 5. Sistematização de Dados e Monitoramento

- Registro padronizado: utilize a Ficha Única de Acompanhamento para registrar causas, ações, prazos e responsáveis, garantindo rastreabilidade e integração de informações entre setores.
- Painel de monitoramento (planilha ou BI) para acompanhar dados como:
  - Casos achados (localizados), reintegrados, tempo de resposta, frequência escolar 30/60/90 dias, reincidência, e perfis (raça/cor, gênero, PcD, território).
- Revisão quinzenal de casos em reuniões intersetoriais para análise de fluxos e ajustes de estratégia.
- Relatórios mensais para gestores e conselhos, com análise de tendências, gargalos e recomendações.
- Avaliação de permanência e aprendizagem após 6 e 12 meses, verificando se o retorno à escola se consolidou como vínculo educativo.
- Sistematização de evidências – boas práticas, custos, impactos e aprendizados – para subsidiar decisões e apoiar a inclusão da política no PPA, LDO e LOA, bem como em normativas municipais.

## 6. Ética e Abordagem Familiar (transversal)

- **Respeito à diversidade:** garantir abordagem sensível às diferenças culturais, raciais, de gênero e territoriais, evitando linguagens ou práticas estigmatizantes.
- **Confidencialidade e proteção de dados (LGPD):** assegurar sigilo e exposição mínima das famílias, com consentimento informado e guarda responsável dos registros.
- **Acessibilidade:** utilizar materiais com linguagem simples, leitura fácil e recursos visuais, assegurando comunicação inclusiva para pessoas com deficiência, baixo letramento ou barreiras linguísticas.

- **Intersetorialidade como princípio ético:** evitar múltiplas entrevistas sobre o mesmo caso e compartilhar informações, com consentimento, entre setores da rede – prevenindo a revitimização.
- **Direito à informação:** garantir que famílias compreendam os fluxos, benefícios e prazos, e saibam a quem recorrer em caso de dúvidas ou reclamações.

## 7. Indicadores Mínimos para Gestão

- **Casos localizados e reintegrados:** número absoluto e percentual de estudantes identificados e que retornaram à escola.
- **Tempo médio entre identificação e matrícula:** intervalo entre a identificação e a matrícula, indicador de eficiência da rede intersetorial.
- **Permanência e reincidência:** acompanhamento de frequência após 30, 60, 90, 180 e 360 dias, observando retornos e evasões.
- **Principais causas de exclusão escolar:** documentação, transporte, trabalho infantil, saúde, violência, gravidez, entre outras.
- **Desagregação de dados:** análise por raça/cor, gênero, deficiência, território para evidenciar desigualdades estruturais e orientar políticas de equidade.
- **Ações realizadas:** número de visitas domiciliares, encaminhamentos, benefícios concedidos e serviços acionados, avaliando o alcance e a efetividade das respostas.



### Dica metodológica

Construa um painel de indicadores municipal (em planilha ou BI) com atualização mensal e visualização simples.

Esse painel fortalece a transparência, o planejamento intersetorial e o diálogo entre gestores, conselhos e sociedade civil.

## 8. Materiais Essenciais (*check rápido*)

Garanta que as equipes de campo estejam sempre equipadas e identificadas, com instrumentos padronizados e acessíveis, que assegurem tanto a qualidade técnica quanto o cuidado ético na relação com as famílias.

### **Itens indispensáveis (disponível o modelo na tabela na pág 120):**









- Carta de apresentação, uniforme e crachá institucional da equipe.
- Ficha Única de Acompanhamento (papel/digital).
- Mapa de Acompanhamento Familiar (versões acessíveis).
- Roteiro de escuta e lista de serviços com contatos úteis.
- Formulário de consentimento e uso responsável de dados pessoais.
- Mensagem-modelo para *WhatsApp* que contém mensagem de ausência e saudação de forma automática (informativa; sem exposição de dados sensíveis).
- *Flyer* impresso com o número de telefone e canais de contato da política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.

## Observações finais

- ▶ Priorize a visita domiciliar e a escuta sensível. Contatos por telefone ou *WhatsApp* são complementares e nunca substitutivos.
- ▶ Acompanhamento familiar é parte central da metodologia. Garantir matrícula não é suficiente; é preciso assegurar permanência, aprendizagem e vínculo.
- ▶ Sem supervisão semanal, reuniões intersetoriais periódicas e análise sistemática de dados, a Busca Ativa escolar perde potência, continuidade e impacto.

## Ferramentas de Apoio à Implementação da Política de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escola

Veja os modelos dos Instrumentos nos *links*

-  [Guia de abordagem às famílias e parceiros](https://go.aprendiz.org.br/z42Va4)  
<https://go.aprendiz.org.br/z42Va4>
-  [Mapa de Acompanhamento Familiar](https://go.aprendiz.org.br/aOm5Oq)  
<https://go.aprendiz.org.br/aOm5Oq>
-  [Ficha de Cadastro que orienta o roteiro de escuta](https://go.aprendiz.org.br/kxl2P3)  
<https://go.aprendiz.org.br/kxl2P3>
-  [Lista de Serviços com contatos úteis \(Guia de Serviços\)](https://territorioemrede.org.br/participe/)  
<https://territorioemrede.org.br/participe/>
-  [Planilha de Acompanhamento](https://go.aprendiz.org.br/oxjZLx)  
<https://go.aprendiz.org.br/oxjZLx>
-  [Formulário de Consentimento e Uso Responsável de Dados Pessoais](https://go.aprendiz.org.br/3xpG74)  
<https://go.aprendiz.org.br/3xpG74>
-  [Monitoramento da Frequência Escolar](https://go.aprendiz.org.br/r4beyP)  
<https://go.aprendiz.org.br/r4beyP>
-  [Modelo de \*flyer\* para canais de contato da Busca Ativa escolar](https://go.aprendiz.org.br/54Erxd)  
<https://go.aprendiz.org.br/54Erxd>

- Mensagem-modelo para *WhatsApp* que contém mensagem de ausência e saudação de forma automática (informativa; sem exposição de dados sensíveis)

- Baixar o *WhatsApp Business* no *Google Play*

Categoria: Educação

Ferramentas Comerciais

- Configurações: Mensagem de Saudação:

Olá, somos do xxxxxxx, que tem como objetivo a garantia do acesso e permanência de crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, nas escolas públicas do município. Já, já falamos com você.

- Mensagem de Ausência:

Enviar: Fora do Horário de Atendimento

Olá, somos do xxxxx, que trabalha pela garantia do acesso e permanência de crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, nas escolas públicas do município. Nosso horário de atendimento é das xx às xxh, de segunda a sexta. Assim que retornarmos, entraremos em contato com você.

## Anexo 4 - Checklist para Monitoramento das Ações de Incidência Territorial com a Escola como Centro do Mapa

**Objetivo:** Orientar o planejamento e o monitoramento das ações territoriais voltadas à prevenção e enfrentamento da exclusão escolar, tomando a escola como núcleo articulador da rede de proteção social. Além disso, fortalecer a articulação intersetorial, promover a participação comunitária e consolidar a política de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar como uma ação permanente e integrada nos territórios.

### 1. Fortalecimento da Articulação Intersetorial Local

- Criação de fóruns ou comitês intersetoriais permanentes voltados à prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.
- Formalização de protocolos de fluxo de atendimento entre Educação, Assistência Social, Saúde, Justiça e outras políticas públicas.
- Reuniões periódicas entre escolas e serviços públicos locais para acompanhamento de casos, definição de estratégias conjuntas e análise de resultados.

### 2. Escuta e Participação de Crianças, Adolescentes e Famílias

- Criação de espaços de escuta ativa com estudantes, abordando vivências escolares, barreiras à permanência e propostas de melhoria.
- Reuniões escolares e encontros comunitários com responsáveis, educadores e gestores para diálogo sobre desafios e responsabilidades.

- Promoção de espaços de participação da comunidade escolar para discutir demandas, propor encaminhamentos e tomar decisões coletivas sobre o cotidiano da escola, promovendo o sentimento de pertencimento e o compromisso compartilhado com a permanência.

### **3. Mobilização da Comunidade e da Rede de Proteção**

- Realização de campanhas públicas de sensibilização sobre o Direito à Educação e a importância da permanência escolar.
- Articulação com lideranças comunitárias e movimentos sociais para engajar a população local.
- Organização de mutirões intersetoriais de Busca Ativa escolar para localizar e reintegrar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de evasão.

### **4. Incidência junto ao Poder Executivo e Legislativo Municipal**

- Elaboração de recomendações técnicas e diálogo permanente com secretarias municipais sobre fluxos e responsabilidades compartilhadas.
- Defesa da criação e manutenção de políticas públicas específicas de prevenção e enfrentamento da exclusão escolar.
- Inclusão da pauta no Plano Municipal de Educação (PME), PPA e demais instrumentos de planejamento.
- Inserção da Política de Prevenção e Enfrentamento da Exclusão Escolar nos instrumentos de gestão orçamentária municipal (LDO e LOA), assegurando recursos e sustentabilidade.

## 5. Incidência nos Espaços de Controle Social

- Apresentar e debater a pauta da exclusão escolar nos Conselhos Municipais de Educação, CMDCA, Assistência Social, Saúde e correlatos.
- Propor aprovação de resoluções e recomendações que fortaleçam a articulação intersetorial, o acompanhamento de casos de infrequência e evasão, e permanência escolar.
- Garantir representação da Educação e de outras áreas estratégicas nas instâncias deliberativas que tratam da proteção e dos direitos da infância e adolescência.

## 6. Monitoramento e Produção de Dados

- Criação e acompanhamento de indicadores locais sobre exclusão escolar, como infrequência, abandono, evasão.
- Elaboração de boletins e relatórios periódicos para subsidiar decisões e informar a rede.
- Integração de bases de dados intersetoriais (Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça) para monitoramento e análise conjunta.

## 7. Parcerias com a Sociedade Civil

- Estabelecimento de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), universidades e movimentos sociais para pesquisa, formação, comunicação e apoio técnico.
- Realização de audiências públicas sobre exclusão escolar e políticas de permanência, envolvendo gestores, conselheiros e parlamentares.
- Promoção de formações intersetoriais para qualificar profissionais da rede de proteção social e educacional, fortalecendo a atuação integrada e a cultura de corresponsabilidade.

Iniciativa:



Parceiro Executor:



ISBN: 978-85-64569-49-2



CDL